015ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 11NOV2020

Pauta: Debater a situação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família – IMESF.

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): (19h) Boa noite a todos, é uma satisfação receber esse grande número de cidadãos porto-alegrenses que têm interesse direto nesta nossa audiência pública, que agora começa a ser instalada e que, como todos sabem, tem por objetivo debater sobre a situação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família e seus trabalhadores. Evidentemente, com toda segurança, haveremos de assegurar que esta audiência se desenvolva com a maior objetividade e serenidade, dado o relevante interesse que a mesma desperta. Informa a Diretoria Legislativa que, neste momento, temos 100 pessoas que estão conectadas conosco, prestigiando a audiência pública, incorporando-se a ela e dando sua contribuição. A ementa do projeto da audiência pública que hoje é examinado, firmado pelo Ver. Oliboni, com vários seguidores de diversos partidos com assento na Câmara de Vereadores, “reconstitui e mantém os empregos públicos criados para a execução das ações, no âmbito da Atenção Primária do Sistema Único de Saúde (SUS), para operar especificamente a rede integrada e articulada da Estratégia de Saúde da Família, instituídos pela Lei nº 11.062, de 06 de abril de 2011, [lei essa eu que foi alterada pela Lei nº 12.545, de 23 de maio de 2019], regido pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Este projeto que tramita na Casa tem merecido amplo apoio, especialmente do segmento a que ele se destina; por isso nós estamos tendo a maior cautela possível na elaboração dessa programação, especialmente na sua execução. Por isso, como Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, além de dar as boas-vindas a essa enorme quantidade de pessoas que aderiram à programação, desejo fazer um apelo muito tranquilo e muito claro a todos os participantes. Essa proposição do Oliboni tem apoio multipartidário; então, isso faz com que tenhamos o cuidado de não permitir que alguns intentem que estejamos a promover uma reunião pública para prestigiar uma ou outra candidatura, das muitas que

hoje existem na cidade; não é esse o nosso intento, e nós sabemos que não é o intento dos colegas que requereram essa audiência pública, não é o intento do autor da proposta, não é o intento da sua principal colaboradora, que é a Ver.ª Cláudia que está aqui conosco, por isso fizemos esse pedido especial. Às vezes, sem se dar conta - e eu posso reconhecer isso muito bem porque há poucos dias eu ia presidir uma reunião na Câmara e não me dei conta de que tinha no peito a propaganda de uma candidatura, que obviamente não era a candidatura de todos que participavam daquela reunião, e era um erro que eu estava cometendo. Eu, imediatamente alertado, comecei a retirar essa identificação, como solicito, sem nenhum constrangimento, sem nenhum temor de que possam entender que eu esteja querendo dar cobertura a essa ou a outra candidatura qualquer, que aqueles que eventualmente estiverem nessa posição ou algo semelhante, que, por gentileza, colaborem conosco, e assim o façam, de tal sorte que a gente tenha garantida a grande repercussão que nós esperamos que tenha esta nossa reunião, não só relativamente ao projeto de lei que estamos examinando, mas também e, principalmente, a todo trabalho que vem sendo realizado em defesa dos trabalhadores do IMESF, que, sabidamente, se encontram numa luta muito feroz, muito profunda, pela preservação dos seus direitos. Por isso, a direção da Câmara houve por bem escolher uma pessoa para coordenar os trabalhos dessa audiência e buscou – sabem bem os senhores vereadores – uma pessoa especializada, isenta, absolutamente segura do que faz, inovadora na Câmara Municipal, porque organizou e organiza essas reuniões virtuais que, em plena pandemia, permitem que façamos essa reunião com tão ampla repercussão. Estou me referindo ao nosso diretor legislativo Luiz Afonso de Melo Peres, que foi por nós designado para coordenar a presente reunião, de tal sorte que ela se realize dentro dos melhores objetivos para qual foi convocada. E, ao transferir a ele o comando desse trabalho, mais uma vez saúdo a todos, agradeço pela compreensão e manifesto a minha solidariedade com a luta de vocês, a qual, como Presidente da Casa, não me cabia fazer consignatário do projeto que, afinal de contas, eu conduzo essa votação, mas saibam que, se depender de nós, este projeto, muito mais cedo do que imaginam, haverá de estar decidido para influenciar positivamente a luta de todos aqueles que querem a preservação dos seus direitos enquanto trabalhadores. Um abraço a todos; obrigado pela atenção, muito mais pela compreensão. Deixo com os senhores e

as senhoras o comando desse competente servidor público, que é nosso diretor legislativo, Dr. Luiz Afonso de Melo Peres, a quem transfiro o comando de nossa audiência neste momento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Presidente. Inicialmente, boa noite a todos e a todas que participam e acompanham a presente audiência pública. Informamos que ela está sendo transmitida também pela TVCâmara, canal 16 da NET, no canal digital 11.3 e pelo YouTube, na página da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A dinâmica da nossa audiência pública será a seguinte: inicialmente teremos uma exposição, efetuada pelo Ver. Aldacir Oliboni, do projeto que, de certa forma, emoldura a realização da presente audiência pública; em seguida abriremos a inscrição para até dez pessoas que desejem fazer um pronunciamento – as nossas regras permitem que até dez pessoas da comunidade, participantes, se pronunciem pelo prazo de 5 minutos. No final, teremos então, as conclusões com os encaminhamentos finais, a cargo do Ver. Oliboni e do próprio Presidente.

Então, sem mais delongas vou abrir o *chat* para receber as inscrições. Eu pediria que, quando fossem feitas as inscrições, a pessoa declinasse o nome ou pelo menos um sobrenome, ou nome completo, bem como se representa alguma entidade. Então, neste exato momento, acabo de abrir o *chat.* O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa noite, Luiz Afonso, nosso diretor legislativo da Câmara Municipal, quero saudar o nosso Presidente Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras, e de modo especial, o meu nobre líder, Ver. Adeli Sell, com o qual já tínhamos encaminhado o pedido de audiência pública há praticamente 40 dias. Depois, num reforço para os demais colegas vereadores, o Ver. Roberto Robaina, a Ver.ª Cláudia Araújo, enfim, vereadores da oposição e tantos outros vereadores que, agora, passam a ser signatários deste projeto de lei concordaram em, antes da votação do projeto, pedir um esclarecimento às entidades representativas sobre todo esse processo não só de denúncia, como também a perseguição que os servidores da área da saúde vêm sofrendo ao longo desse último

ano. Portanto, a minha saudação carinhosa a todos colegas vereadores e vereadoras, e ao Presidente que soube, vamos dizer assim, aceitar a viabilidade, nobre diretor legislativo Luiz Afonso, de poder fazer essa discussão prévia e poder colocar – não só os vereadores, mas juntamente com a sociedade – a enorme preocupação dos trabalhadores da saúde, e mais precisamente dos trabalhadores do IMESF.

Todos nós sabemos que, desde a decisão da Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, de que o IMESF seria extinto, o prefeito municipal de Porto Alegre Marchezan Júnior, de pronto, saiu dizendo que todos os trabalhadores seriam demitidos. Lamentavelmente, o prefeito não fez, durante todo esse tempo, nenhum movimento que pudesse dizer: "Olha, temos alternativas, vamos criar os cargos em extinção, vocês serão mantidos. E a ideia da ampliação do programa, podemos discutir um outro formato de como será o Programa Saúde da Família" – ele não o fez. Pelo contrário, de imediato, anunciou a terceirização da Atenção Básica, da Estratégia da Saúde da Família e começou a perseguir os trabalhadores da saúde, demitindo muitos deles. Em função da falta de estímulo, da falta de apoio, retirando inclusive o vale-alimentação, acabou criando um mecanismo de perseguição, e muitos deles adoeceram e outros saíram por livre iniciativa por não aguentarem mais a perseguição do atual gestor. Nesse sentido, as entidades foram um exemplo de movimento e de luta, e muitos vereadores da Câmara Municipal apoiaram esse movimento, tanto é que, até então, o prefeito não os demitiu por força de liminares encaminhadas pelos sindicatos, pelas entidades representativas, inclusive também por uma ação do nobre querido colega Robaina em relação a essa questão do período eleitoral. Portanto, hoje o que está em vigor são duas grandes questões: a questão do Tribunal Regional do Trabalho que impede o prefeito a demitir até o dia 4 de dezembro, e essa ação também movida pelos sindicatos e pelo Robaina em relação à questão do período eleitoral. Mas nós precisamos encontrar uma fórmula que, de fato, vai dar vida, continuidade após o dia 4 de dezembro. Qual a alternativa que nós temos? Todos os candidatos, e parece claro isso para todos nós, dizem que é importante preservar os empregos, preservar o programa, e alguns inclusive falam em ampliar o Programa Estratégia de Saúde da Família, que hoje tem uma cobertura de 52%; no início do governo Marchezan, tinha 55%. O governo mandou para Câmara, por exemplo, uma meta de ampliarem em 15%, ele não fez isso, e, muito

pelo contrário, ele reduziu significativamente a cobertura, retirando, demitindo os servidores, inclusive médicos. Hoje há muita falta de médicos e servidores em quase todas as equipes do Programa de Saúde da Família. Lamentavelmente, hoje, com a terceirização desse programa, os hospitais, que até então eram filantrópicos, assumiram parte desse programa, um serviço terceirizado que não atende a contento, não tem esse vínculo que, na verdade, se tinha, se tem com o Programa de Saúde da Família, a partir de profissionais que, queiram ou não – e aí nós respeitamos todos –, mas ainda não estão capacitados para assumir essa enorme responsabilidade que todos nós, cidadãos e cidadãs, agentes políticos ou não, defendemos, que é o Sistema Único de Saúde.

Portanto, nós temos aqui presentes representantes do Sindisaúde, do Sindicato dos Enfermeiros, do Conselho Municipal da Saúde, dos sindicatos dos agentes comunitários, da associação dos agentes comunitários, os representantes da Estratégia de Saúde da Família, mas também os auxiliares de endemias, existe todo um processo de defesa desses profissionais que vão desde dos agentes comunitários, os agentes de endemias, os técnicos de enfermagem, os enfermeiros, os médicos, os odontólogos, auxiliares de odontologia, que na verdade estão com os dias contados pelo prefeito Marchezan. A ideia de apresentar um projeto de lei que possa garantir os cargos em extinção e que, lá na frente, um novo governo possa estudar uma outra modalidade, mas que esses possam ser absorvidos pela atual Secretaria Municipal de Saúde não é só um direito, é algo concreto, real, constitucional, porque esses trabalhadores fizeram concurso público, portanto, eles têm o direito legítimo de pleitear por esse caminho. Então, é nesse sentido que nós, enquanto Câmara de Vereadores, nobre Presidente Reginaldo Pujol, queremos fazer aqui, no mínimo, três encaminhamentos, nobre diretor legislativo Luiz Afonso. O primeiro: que possa ser feita reunião conjunta das comissões para que seja avaliado esse projeto de lei e votado na próxima semana, portanto, após o 1º turno, porque, no 2º turno, sendo votado, aí temos prazo suficiente para que ele possa ser sancionado antes do dia 4 de dezembro. Se aprovado na próxima semana, nós poderemos, enquanto vereadores signatários desse pedido e entidades responsáveis representantes dos trabalhadores, encaminhar uma carta aberta da saúde para os dois candidatos que irão para o 2º turno, para que eles assumam o compromisso de respeitar o projeto de lei aprovado na Câmara e de não demitir os

trabalhadores. Passado isso, teremos a certeza absoluta de que a candidata ou o candidato que vencer as eleições, após o pleito do dia 29 de novembro, possa ir ao prefeito municipal e dizer: “Não demita os trabalhadores porque nós vamos cumprir a lei estabelecida e votada na Câmara de Vereadores sobre os cargos em extinção. Isso é constitucional, são trabalhadores que fizeram concurso, já existe recurso destinado pela peça orçamentária, os cargos já foram criados, portanto, não estamos falando nada que não seja constitucional!” Sempre elogiando as ações dos sindicatos até então vencidas o debate principalmente na luta com os órgãos de controle, e também de iniciativas de colegas vereadores e vereadoras que estão, neste momento, não só fazendo um apelo, mas, mais do que isso, dizendo o quanto é importante a preservação desses empregos, a continuidade do Programa de Saúde da Família e a ampliação do programa. Esse é um programa que deu certo, um programa que vem bancado pelo fundo a fundo do governo federal, com uma cobertura de 95% dos recursos e que, portanto, todos os governos não só vão mantê-los, como têm interesse em ampliá-los porque ali é a porta aberta do Sistema Único de Saúde para que os cidadãos sejam atendidos, tenham dignidade, mas que os servidores, que passaram no concurso público e que hoje têm o direito de reivindicar a sua permanência, possam ser reconhecidos, não só como profissionais que merecem estar lá, mas porque eles conquistaram, com o seu próprio talento, por concurso público, esse espaço e não podem ser menosprezados como estão sendo pelo atual governo. O atual governo não foi sensível aos apelos dos trabalhadores, das entidades e nem mesmo da sociedade que está indignada com tudo isso, que percebe claramente a precarização desses serviços. E nós unidos, vereadores e trabalhadores, vereadores e entidades, agora, com certeza, vamos dar a resposta clara e precisa, embora um pouco tardia, porque não se imaginava tamanha maldada do atual governo. É um direito constitucional e, portanto, a nossa luta será coletiva na defesa do emprego, na defesa do programa, mas na defesa do atendimento médico e do Sistema Único de Saúde. Portanto, faço aqui minha fala inicial, pedindo enorme compromisso da Câmara Municipal. Agradeço, com muito carinho, nobre Presidente, pela atenção e pelo espaço que concede às entidades trabalhadoras e aos vereadores. Que, na próxima semana, num gesto ainda maior, nós possamos mostrar a importância do Legislativo, a importância da ação dos vereadores, porque não teria sentido sermos os

fiscais e não termos autonomia de ter o direito de aprovar o projeto de lei, embora ele possa vetar enquanto esteja lá, nós poderemos derrubar o veto e ter isso como lei constitucional, garantindo o emprego dos trabalhadores e a manutenção desse programa tão importante para a vida e para a dignidade dos trabalhadores. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Jonas Reis está com a palavra.

SR. JONAS REIS: Boa noite, Luiz Afonso e Presidente Reginaldo Pujol; saudando os dois, saúdo todos os presentes e todas as presentes nesta importante audiência pública. Eu falo aqui como usuário do SUS de Porto Alegre. Moro nesta Cidade desde 1996, desde os oito anos de idade, já fui atendido em diversos postos de saúde, o posto onde sou atendido, a unidade é o Beco do Adelar, onde, na sua maioria, os funcionários são estatutários, mas sou conhecedor do trabalho primoroso, de qualidade que os concursados do IMESF realizam nesta cidade. Se não fossem eles, nesse trabalho de formiguinha, na Atenção Primária tão fundamental, nós, nesta pandemia, com o prefeito inepto que temos, estaríamos numa situação muito, muito, muito pior. Digo para vocês isso porque tenho percebido uma negligência muito grande do governo no que tange à Atenção Primária em saúde em Porto Alegre. Nós estamos vendo agora juntar profissionais em algumas poucas unidades, porque o prefeito acha que é importante entregar para a iniciativa privada várias unidades. Então, há unidades inclusive que não têm médico. Isso é trágico, é muito trágico. Tem unidades que têm mais dentistas agora do que cadeiras para trabalhar. Tem unidades que estão ficando sem vacinação. Sabem o que é isso? Na campanha de vacinação, famílias vão vacinar suas crianças, seus adolescentes, seus filhos e não tem mais vacinação, descobrem na hora. Terceiriza e não avisa a população, terceiriza uma coisa que não deveria. A gente sabe que esse governo não representa a Cidade, não representa, governou de costas, atacou o Parlamento como sempre fez, de forma violenta, e a população está vendo, as pesquisas estão aí, mas nós temos um problema para resolver para a população. Nós, usuários do SUS, não podemos considerar viável a saúde como mercadoria, ela não dá certo. Nós já vimos, em várias unidades que foram terceirizadas,

médicos e outros funcionários pedindo demissão; e a população bater na porta na terça-feira, na quarta-feira, na quinta-feira e não tem médico. E aí? Como fica um cidadão que não tem dinheiro, que está numa crise econômica para pagar uma passagem de ônibus para ir numa outra unidade? Ou como fica um usuário idoso ou o usuário cadeirante que não consegue se deslocar em longas distâncias, até porque a pavimentação, as calçadas e o transporte estão extremamente sucateados? Como é que fica a situação de quem sabe que o tráfico manda em algumas partes da cidade? Manda, é isso, e não pode ir na outra unidade, não pode atravessar a avenida porque não vai ser permitido caminhar por lá. Então, a gente fica muito preocupado, uma mudança drástica como essa que foi feita, o fechamento de unidades de saúde na Cidade, fechou sete unidades importantíssimas. E isso vai ficar assim? Não pode. Acho que, neste momento, o Parlamento pode produzir esse projeto de lei importantíssimo. Não é só para salvar empregos, não é disso que se trata, salvar o emprego de quem fez concurso público e merece continuar prestando serviço de qualidade que presta hoje para a população; trata-se de manter um servidor que conhece a Atenção Primária e sabe e está fazendo o combate à pandemia como nem um outro Município fez. Nós precisamos de robustez no SUS, e robustez no SUS se faz mantendo quem tem experiência, experiência que o imesfiano, a imesfiana têm.

Quero fazer esse apelo como usuário do SUS, e reitero, pela terceira vez, que a Câmara de Vereadores possa encaminhar essa solução da empresa pública para que esses empregos sejam mantidos e o usuário do SUS possa ter o seu atendimento. Afinal de contas, nós pagamos uma taxa muito pesada de impostos, o Brasil é um dos países que mais paga imposto, 46%. Esse dinheiro merece voltar em saúde pública de verdade; e não em arremedo de saúde pública - que é o que a gente está vendo na gestão do Marchezan, que sequer consegue fazer a gestão de contratos. Por que contratualizar mais se não consegue fazer a gestão dos contratos que tem? Está aí o HPS sucateado; está aí Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, onde faltam médicos. O contrato de médicos do pronto atendimento, ali da emergência, prevê, no mínimo, sete médicos; e estão tendo dois ou um. E o gestor do contrato não recebe uma autuação? Nós temos que combater a incompetência. E eu tenho a convicção e a esperança de que a Câmara de Vereadores não vai faltar na construção desse importante projeto de lei. Viva o IMESF, viva o SUS, viva a

Atenção Primária e além de tudo, respeito! Nós precisamos de respeito ao SUS. Se o gestor municipal, o prefeito, não o faz, a Câmara pode fazer. Eu faço esse apelo à Câmara de Vereadores. Boa noite a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, colega Jonas. Uma outra informação importante é que nós fazemos intercaladamente, a cada duas falas de colegas do IMESF, nós vamos colocar uma fala de vereador. Estão acompanhando a nossa audiência pública os vereadores Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Ver.ª Cláudia Araújo, Paulinho Motorista e Roberto Robaina.
A Sra. Aline Armani Picetti, trabalhadora do IMESF, está com a palavra.

SRA. ALINE ARMANI PICETTI: Boa noite a todos e a todas, meu nome é Aline, eu sou cirurgiã-dentista, sou trabalhadora do IMESF desde 2013, há quase oito anos eu trabalho na Atenção Primária de Porto Alegre. O que eu gostaria de colocar é que, embora o IMESF tenha sido julgado inconstitucional, essa inconstitucionalidade não anula o nosso trabalho, não anula quase uma década de atendimentos da Atenção Primária, da organização de equipes de Saúde da Família em todo o Município de Porto Alegre, em todas as gerências da cidade, que estavam todas concentradas sob a mesma gestão. Nós fomos todos admitidos por concurso público, todos os trabalhadores do IMESF prestaram concurso que, inclusive, tinha como disciplina, além das matérias específicas, legislação do SUS. Então as pessoas que fizeram esse concurso escolheram trabalhar no SUS, e a maioria dos trabalhadores, ao longo desses anos, fez especialização em Saúde da Família. Então, a maioria dos trabalhadores do IMESF são também especialistas em Saúde da Família. Nós temos um grupo, tínhamos até setembro de 2019, de educação permanente em saúde, e nos reuníamos uma vez por mês, entre trabalhadores de todas as gerências da cidade e organizávamos o nosso trabalho. Com esse grupo nós conseguimos qualificar os trabalhadores e unificar o processo de atendimento da população. Era o que nós estávamos fazendo. Desde que eu entrei, em 2013, por exemplo, o acesso na unidade onde eu trabalho era por meio de fichas. Então, se um usuário quisesse consultar com um dentista, ele tinha dez fichas ao mês. Ao longo do nosso processo de trabalho, ao longo desses anos, hoje

em dia nós trabalhamos mediante a demanda espontânea. Claro, agora com as privações da pandemia, mas a demanda espontânea consiste em fazer o trabalho de hoje, hoje. Ou seja, os pacientes têm acesso diário a consultas odontológicas. E isso a gente estava trabalhando na educação permanente, não só com a odontologia, mas com a medicina e com a enfermagem, para que em todas as unidades de Porto Alegre o atendimento fosse feito dessa forma. Isso é importante: que todas as unidades tenham a mesma gestão. É muito complicado ter unidades que sejam geridas por uma entidade e outras unidades sejam geridas por outras, porque não há uma conversa, não há um diálogo, e a gente precisa ter uma organização do Sistema Único, trabalhando numa rede. Os profissionais precisam se conhecer, eles precisam ter um trabalho interprofissional, além do vínculo, a longo prazo, com a população. Porque o que acontecia era que os profissionais vinham das suas realidades, das suas áreas para que o processo de trabalho fosse discutido, levando em consideração as particularidades de cada região. A Zona Norte de Porto Alegre é diferente do Centro, que é diferente da Zona Sul. Então nós já temos todo esse caminho em que a gente conhece muito bem os nossos territórios e isso é um dos princípios do SUS e é o que consegue qualificar também o nosso trabalho.

Então eu queria encerrar dizendo que inconstitucionalidade não é sinônimo de demissão. Nós somos trabalhadores concursados e nós estamos em defesa do Sistema Único de Saúde para que ele continue sendo público, para que ele continue sendo de qualidade. Nós estamos há mais de um ano com a incerteza do porvir, mas nós batalhamos por esse espaço porque nós acreditamos no trabalho que nós fazemos. Nós queremos contar com o apoio de vocês para que a gente dê continuidade a esse trabalho que nós estamos conseguindo implementar – estávamos -, mas ainda continuamos em meio à pandemia, em meio ao risco de demissão, porque os usuários precisam ter acesso ao Sistema Único de Saúde. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado à colega Aline. A Ver.ª Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa noite a todos e a todas, gostaria de saudar a Cláudia Franco e o Julio Jesien em nome de todos os trabalhadores da saúde, porque eu acho que eles são uma representatividade muito forte desde o início dessa luta. Eu sei que eles estão aí, então eu saúdo todos vocês através dessas duas pessoas. Quero parabenizar o Ver. Oliboni também pela proposição do projeto, o qual eu e outros vereadores assinamos junto, porque é uma luta de todos nós. Eu estou na Câmara de Vereadores há 15 meses, eu assumi na metade do ano passado, mas essa é uma luta que eu travo há muito tempo, através da associação beneficente que ajuda pessoas, da qual eu sou presidente. Então essa luta já vem de muitos anos e quando eu entrei na Câmara eu já entrei com essa briga da inconstitucionalidade do IMESF. Eu sempre apoiei que o IMESF precisava, sim, que essas pessoas fossem realocadas ou que tivessem uma empresa pública constituída que pudesse absorver esses trabalhadores. Então o que o prefeito Nelson Marchezan Júnior infelizmente fez, através da decisão da Ministra, foi simplesmente jogar fora todos aqueles trabalhadores que há muitos anos trabalham em prol das comunidades e em prol do Sistema de Saúde. Simplesmente descartou todos os trabalhadores que dedicaram suas vidas, deixaram suas famílias de lado para estarem nos postos de saúde, na rua atendendo as demandas de todas as pessoas. Porque, na verdade, eu disse isso na tribuna e repito aqui: os agentes de saúde, os agentes de endemias são pessoas que, além de agentes, são psicólogos, são amigos da comunidade, conhecem as dificuldades e as necessidades e as dificuldades de cada trabalhador. Eu fiquei muito feliz quando, em outubro, o TRT4 – eu participei de várias mediações junto com o Ver. Oliboni –, decidiu pela proibição das demissões dos trabalhadores do IMESF até dezembro. O que a gente vê de bom nisso? Adiar. Adiar, sim. Por que adiar? Porque daqui a pouco nós podemos ter uma nova gestão e essa gestão pode pensar diferente. E é assim que a gente gostaria e quer que aconteça, que essa nova gestão, ou pelo *impeachment* ou pela votação, porque daqui a quatro dias nós temos um pleito eleitoral que pode mudar toda essa realidade, a gente tenha um gestor que pense em pessoas, que pense na qualificação do trabalho principalmente da saúde pública, que é tão importante para todos nós. A gente vê filas enormes, como disse o Jonas, a gente vê muitas remarcações de consultas em função de pandemia. Hoje a fila da traumatologia tem até 1.000 dias de espera. Gente, isso não

tem a ver com os postos? Tem, tem a ver com os postos, porque é através do posto que é encaminhado para um sistema que é falho, que não poderia ter uma pessoa que quebrou um fêmur, que quebrou um braço esperando 500, 800, 1.000 dais para fazer uma cirurgia, isso é inadmissível acontecer nos dias de hoje, isso não pode! Sem falar no que o Oliboni falou que é o assédio aos trabalhadores. Os trabalhadores, com essas privatizações, com essas terceirizações não sabem para onde vão. Eu cansei de conversar com trabalhadores dos postos que diziam não saberem como seria o amanhã, para onde os mandariam, o que aconteceria com eles, se seriam ou não demitidos. Sem falar nesse concurso que foi feito em pleno domingo de pandemia, e muitos precisaram fazer o concurso para tentar garantir os seus empregos e precisam assinar uma demissão para serem chamados. Olhem que maravilha! Ou seja, tu abres mão da tua rescisão, tu abres mão dos teus direitos trabalhistas de muitos anos para poder ser recontratado por um salário menor, sem saber como vai ser o amanhã. Está certo isso? Não está certo. E eu perguntei na Câmara Municipal, para o prefeito de Porto Alegre, por que ele estava fazendo isso se o CNPJ do IMESF estava ativo; e ele disse que não, que o IMESF não estava ativo. Eu pesquisei, coloquei nas redes socais que o IMESF ainda seguia ativo e que ele poderia, sim, fazer algo em prol dos trabalhadores.

Estaremos, como disse, talvez na semana que vem ou na outra, votando um *impeachment*, e eu vou dizer para vocês que é uma coisa correta porque foi tirado dinheiro da saúde, do Fundo de Saúde para publicidade e todos nós sabemos disso. Eu destinei, enquanto vereadora, R$ 500 mil para postos de saúde que entraram na conta do Fundo de Saúde e que não foram encaminhados para os postos destinados. Eu encaminhei R$ 1 milhão para o hospital da Restinga. Nós encaminhamos, por meio do gabinete do Ver. Valter e também pelo nosso deputado, mais R$ 3 milhões para a Santa Casa e R$ 1 milhão para o Hospital Independência. Nada disso foi entregue, mas todo esse dinheiro foi para o Fundo de Saúde e está lá desde junho de 2020!

Então, em setembro, ele anunciou que 103 unidades básicas de saúde seriam privatizadas e o impacto disso é muito grande. Há falta de médicos, nós temos assédio aos trabalhadores que não sabem o vai acontecer, tudo está muito malconduzido. O que eu quero dizer para vocês é que todos os dias eu recebo pedidos de ajuda, e eu, como

vereadora, não posso ajudar as pessoas muitas vezes. Às vezes, como presidente de associação beneficente, a gente consegue dar alguns apoios, algumas ajudas por meio das nossas indicações. Mas vamos combinar que saúde não é isso, não é? Saúde é para todos, saúde é todos os dias, saúde é para as comunidades como um todo. E a nossa luta é e sempre será pela valorização do trabalhador da saúde e por uma saúde pública de qualidade. Muito obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Ver.ª Cláudia Araújo. Nós vamos acrescentar uma fala aqui, pois é de tradição que o solicitante de audiência pública, a entidade que solicita também tem direito a uma fala. Então, o Sr. Gilmar Campos, coordenador do Conselho Municipal de Saúde, falará assim que conseguir se conectar. O Sr. Júlio Jesien, do Sindisaúde, está com a palavra.

SR. JÚLIO JESIEN: Obrigado, muito boa-noite a Cláudia, Oliboni, Paulinho, Sofia, Adeli, Sgarbossa, Robaina, Gilmar, Cátia, Ana, Tiana e tantos outros colegas dessa longínqua luta que a gente vem desenvolvendo há mais de um ano, em que pudemos estar em frete à Prefeitura para mostrar ao prefeito o quão mentiroso e ele é e foi no dia 19 de setembro de 2020. Sim, esse foi o dia em que politicamente ele decidiu pelo fim do IMESF e pelo fim dos postos de trabalho de 1.840 trabalhadores. Mas que bom que essas pessoas que constantemente estão dentro das comunidades, que bom que essas pessoas que se propõem a estarem dentro das vilas nas quais muitos médicos, que não são os que atendem no SUS, gostariam de estar, esses trabalhadores lá estão. Esses trabalhadores diariamente, chova ou faça sol, ou o que for, lá na comunidade eles sempre estão. Quero deixar claro que não é simplesmente uma questão de eu precisar do meu posto de trabalho, tem que ter dom, tem que gostar do que faz, tem que ter amor àquilo que efetivamente se entrega a ser feito. Esses são os trabalhadores do IMESF, esses que há mais de um ano vêm adoecendo, são dezenas de trabalhadores adoecendo por conta de uma decisão política de entregar para a iniciativa privada as unidades de saúde.

Pois vejam que interessante: nós temos 52% ou agora 50% de cobertura da inciativa privada, e repassávamos ao IMESF R$ 7,2 milhões, mais ou menos isso. Mas agora nós

temos muito dinheiro sobrando no Paço Municipal, tanto que nós dobramos ou mais do que dobramos; nós passamos para R$ 16,5 milhões de investimento na Atenção Primária às vésperas da eleição. Esse dinheiro investido no IMESF daria uma cobertura de 100% da Atenção Primária em toda Porto Alegre. Mas, não, o prefeito resolveu passar aos parceiros que de forma ilícita contratou. Sim, ilícita, a partir do 15 de agosto não poderia haver mais contratualização com parceiros, de acordo com a lei eleitoral. Como também não deveriam os trabalhadores serem transferidos de lá para cá, tudo isso previsto na lei eleitoral. Sabiamente apontado pelo Oliboni e com uma ação na justiça eleitoral, se não for o melhor desfecho ainda, mas dá um cartão amarelo ao Marchezan. Dizia a juíza: concordo com tudo o que vocês trazem, não emito a liminar, neste momento, por uma questão que pode gerar um grande problema ou, quem sabe, até um colapso na Atenção Primária, mas, na análise, a gente vai enxergar isso. Então, acredito muito que o "4 de dezembro" não é o fim. Aliás, eu preciso, inclusive, entender que todos os vereadores que ainda conosco estão farão a aprovação da proposta que o Robaina trouxe no passado, que o Oliboni, talvez, trouxe com uma nova roupagem e, talvez, inclusive, de uma forma constitucional, de forma que os próprios vereadores possam resolver o problema. Eu acho que, realmente, a gente precisa é de vontade política. Acho que este é o momento mais adequado de a gente falar isso, de pedir aos excelentíssimos senhoras e senhores vereadores que consigam ter aquilo que o nosso prefeito não teve: discernimento político de acolher trabalhadores que prestaram concurso público e não têm culpa, não são culpados de, naquele momento, a Casa ter produzido uma ... (Problemas na conexão.) ... É o IMESF que é inconstitucional, não são os trabalhadores. Então, o mais adequado é que esses trabalhadores sejam aproveitados pelo Município e não terceirizados, porque já está um verdadeiro caos com trabalhadores faltando e sem o devido conhecimento técnico e, por conta disso, não temos uma campanha de vacinação, onde, historicamente, os indicadores não chegaram nem perto de serem alcançados.

Por ironia do destino, recentemente, o STF decidiu que as fundações são constitucionais, logo depois da decisão da Rosa Weber dizer que o IMESF é inconstitucional. Hoje, a partir de lei específica do Município, as fundações podem ser constitucionais.

Então, caríssimos vereadoras e vereadores, aqui, nos resta pedir que vocês sejam, de fato, os políticos que o Marchezan não foi, que reconheçam nesses trabalhadores os melhores que são, pois, afinal de contas, todos eles prestaram concurso e são os primeiros, os melhor classificados que estão sendo escolhidos para estarem na Atenção Primária. A gente pede que toda essa luta que a gente fez, que não é contra ninguém, que é para os trabalhadores, para a sociedade ter os melhores, e, por fim, esses trabalhadores que defendem o seu próprio trabalho não fazem somente isso, eles defendem o maior plano de saúde público do mundo, o SUS. Era essa a nossa fala.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado Júlio. O Sr. Gilmar Campos está com a palavra.

SR. GILMAR CAMPOS: Boa noite, eu sou o Gilmar e sou o coordenador do Conselho Municipal de Saúde. Eu não tinha conseguido fazer a minha inscrição aqui, por isso quero agradecer ao coordenador, pelo bom senso que empreendeu. Eu queria dar um boa-noite, cumprimentar os vereadores. Oliboni, o Adeli, o Robaina, a Cláudia e os demais vereadores por essa iniciativa de projeto que o Oliboni fez. A gente está nessa luta, o Conselho Municipal de Saúde tirou essa diretriz de ter uma solução para esses trabalhadores do IMESF. A gente, enquanto conselho, vem lutando imensamente, para que se resolva essa questão, principalmente por que somos usuários do Sistema Único de Saúde, do qual todos nós somos usuários. A gente que está lá na ponta, que é usuário, que vai todos os dias buscar consulta, que chega na unidade de saúde e não consegue ter o acesso, não consegue porque, na saúde primária, na Atenção Primária, hoje, quando tu chegas num posto de saúde, não consegues, porque falta médico, falta servidor. Quando chega, a gente até entende porque os servidores, às vezes, estão descontentes, porque são chefes de família lutando pelo seu emprego, e daí chega um usuário lá, faz uma discussão e não são atendidos, não têm recursos, não têm condições nenhuma. Então, eu faço um apelo para o próximo, para que nós consigamos, na Prefeitura - para o próximo prefeito, seja lá quem for – absorver os servidores, com esse projeto do Oliboni ou com outro que aparecer. Então, na iminência ..., estão lutando há quanto tempo? Há um ano que a gente está desse jeito,

e o prefeito Marchezan querendo terceirizar. Aí quem está lá, no final, na ponta, somos nós que usamos o posto de saúde. Então, quero deixar registrado que a gente está numa luta imensa, desde setembro do ano passado. O Conselho de Saúde está junto, sempre, com os profissionais, sempre nessa luta, lutando por uma melhoria, para que esses servidores sejam absorvidos pelo Município. Assim não dá, do jeito que estão as condições, a gente tem de pensar muito bem, com saúde não se brinca, estamos lidando com o Sistema Único de Saúde para garantir.

Antes de encerrar a minha fala, aqui, quero deixar um protesto. Nós, do Conselho, mandamos três ofícios para a presidência da Câmara de Vereadores e não nos respondeu a nenhum. A gente não quer viver o mesmo problema que a gente tem e que a gente vive com o secretário de saúde que não responde aos nossos ofícios. Quando a gente manda um ofício para a Câmara de Vereadores, a gente quer respostas: “sim” ou “não”. Eu quero deixar esse recado ao Presidente da Câmara de Vereadores, porque a gente mandou um ofício no dia 30/9/2020 requisitando essa audiência pública; depois, nós pedimos, no dia 2/10/2020, essa audiência pública que está acontecendo; e depois, no dia 15/10, nós ratificamos e não tivemos resposta nenhuma. Para a gente conseguir... Eu até quero agradecer ao coordenador, que hoje está coordenando esta audiência, pois teve um imenso carinho conosco. Eu não consegui me inscrever, nós temos colegas que não conseguiram se inscrever, mas tudo bem. É isso aí...(Ininteligível.)(Problemas na conexão.)... Então, quero deixar esse registro aqui. E vamos à luta, vamos, os vereadores devem se unir aí para que esse projeto seja votado na Câmara de Vereadores. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, colega Gilmar Campos. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa noite a todos. Esse é um assunto complicado. Todos estão acompanhando e é uma guerra, de uma certa forma, com várias frentes, e uma guerra contra o governo Marchezan, no caso, porque o governo Marchezan, como disse o Julio Jesien, tem esse propósito de privatização da saúde, de modo muito determinado, e ele não pode ser acusado de não ser, pois ele tem provocado um verdadeiro

terrorismo contra os trabalhadores da saúde. Bem, e nós temos conseguido resistir. Ele pretendia levar esse plano já muito adiante, e, felizmente, nós temos resistido. Eu também, como o Júlio, acho que dia 04 de dezembro não é o último *round*, até por que, Júlio, se fosse para o dia 04, ele já teria que ter emitido os avisos prévios. Então, há uma luta em curso e nós temos que atuar em todas as frentes. Eu fiz essa ação judicial contra o Pablo Stürmer e contra o Machezan, ação eleitoral, por abuso de poder econômico dos dois, a juíza, como disse o Júlio, não concedeu liminarmente porque a ação era muito abrangente, porque a ação tinha o objetivo de paralisar totalmente o plano, tanto na questão das terceirizações, quanto das contratações, enfim. E foi baseada, eu acho que eu ouvi o João Ezequiel, dirigente do Simpa, aqui, entre nós, foi baseada numa vitória que o Simpa obteve na questão da UBS Calábria, que foi uma vitória importante. E nós, aproveitando essa vitória, que impediu esse processo de transferência, porque o Marchezan está fazendo as transferências também e está mexendo nos estatutários, e amontoando os estatutários, porque ele não conseguiu levar adiante a demissão do IMESF. Então, como ele não levou adiante a demissão no IMESF, ele está amontoando as pessoas, fazendo as transferências. E a ação do Simpa no Posto Calábria foi exemplar, porque nós conseguimos paralisar também as transferências. Enfim, o projeto do Oliboni é importante nesse sentido, nós temos que fazer essa articulação na Câmara para poder votar o quanto antes também. Como disse a Cláudia, vai seguir existindo a luta na questão do *impeachment*, isso vai seguir, e também eu acho muito importante a proposta ali, e eu não consegui pegar toda a fala do Oliboni, mas a proposta de uma carta-compromisso para quem passar para o segundo turno é importante também. Independentemente de quem for. Se vocês virem o jornal Zero Hora de hoje, o Melo faz uma defesa da terceirização na área da saúde; ele é um dos que defende. Azar, nós temos que ir atrás de todo mundo. Quem for para o segundo turno tem que ser procurado para que se exija um compromisso no sentido de preservação dos trabalhadores do IMESF. É incrível isso, nós estamos terminando o ano, o ano da pandemia, o ano em que muitos começaram dizendo que tinha que se aplaudir os trabalhadores da saúde, e nós estamos fazendo uma guerra sem quartel para defender o básico. É disso que se trata, para defender que a saúde pública seja preservada, que os trabalhadores que foram concursados mantenham os seus empregos. Nós estamos numa

luta sem quartel, e eu acho que nós podemos ganhar porque aqui entra a articulação na Câmara, entra a articulação no Judiciário, mas não é fácil, nós sabemos disso, nós sabemos que não tem sido fácil essa jornada até agora. E essa iniciativa do Oliboni, apoiada por vários vereadores e vereadoras, é mais um elemento de resistência que nós temos que acumular, para poder ter uma aprovação rápida – logo que termine a eleição, tem que aprovar – e aí a articulação... E o Oliboni, com razão, faz referência ao Pujol porque o Presidente da Câmara é importante nessa aprovação, nós não podemos prescindir do Presidente da Câmara, para poder ter a aprovação. A verdade é essa: se nós não ganhamos a maioria na Câmara, existe uma maioria constituída na Câmara, mas nós temos que apertar em tudo que é lado. Apertar na Câmara, apertar em quem passar para o segundo turno, apertar no Judiciário – em todo terreno nós vamos ter que jogar para poder realmente ganhar essa batalha. Eu também queria parabenizar a todos, eu sei do esforço que todos estão fazendo, quero mandar um abraço para o Paulinho Motorista, e, em nome do Paulinho Motorista, para todos os vereadores que estão presentes, para o Julio Jesien, para a Claudia, também mandar um abraço para todos os trabalhadores e trabalhadoras do IMESF que estão defendendo a saúde pública. Eu vejo assim – viu, Julio? A gente não se falou depois da liminar da juíza, essa da justiça eleitoral -, mas é bem como tu disseste: a liminar não foi dada porque a ação é muito abrangente, mas há o reconhecimento de que o Marchezan não pode fazer isso. E a decisão do Calábria, envolvendo a UBS, mostra que o governo está na ilegalidade. Com isso, como muito bem disse a Cláudia, independentemente da questão da verba, do desvio ou não, que foi um desvio da verba da saúde, politicamente nós temos que derrotar o Marchezan e nós temos que consagrar o *impeachment* dele, mesmo que não passe o processo eleitoral, porque nós temos esse risco iminente de ele, mesmo sem mandato, querer executar as demissões – essa é a verdade. Porque nós temos que chegar até janeiro. Do contrário, ele pode tentar executar em 04 de dezembro. Eu acho que já não vai fazer porque teriam já que ter sido autuados na semana passada, para que ele realmente levasse a cabo as demissões em 04 de dezembro. Bem, enfim, é uma situação complexa, todo mundo que está acompanhando sabe que ela é complexa, eu não preciso, aqui argumentar sobre a importância que tem a saúde pública porque as pessoas que estão aqui conhecem melhor inclusive do que eu,

pelo menos o trabalho de ponta da saúde. Então, é isso, é seguir trabalhando, seguir unidos e seguir com disposição de luta até o final, porque se pode vencer. Essa é a verdade, nós estamos num ponto em que se pode vencer. Esse é o espírito de luta que nós temos que ter.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Roberto Robaina. O Sr. Marcio Eduardo de Brito está com a palavra.

SR. MARCIO EDUARDO DE BRITO: Boa noite a todos e todas. Eu sou médico na Unidade de Saúde Chácara da Fumaça, sou municipário há 16 anos, mas há 20 anos eu trabalho na Atenção Básica da cidade. Eu trabalhei por seis anos na Estratégia de Saúde da Família lá no Ipê I, Nilta Rodrigues, na época era FAURGS. Então, quando saiu a FAURGS eu entrei no Município, e aí eu não vivi o que todos os meus colegas têm vivido, que foram essas mudanças, o Instituto Sollus, e todas aquelas coisas que foram trágicas para a cidade. Eu vou falar como trabalhador de saúde que trabalha na comunidade e sobre a importância da continuidade dos trabalhadores. Eu quero dirigir essa minha fala para todos os vereadores, para os que estão presentes aqui e também para os que não estão presentes. Eu tenho só a argumentação da minha fala, eu não tenho o poder do voto nem de decisão, o poder está com os vereadores. Eu entendo que os vereadores querem o melhor para a cidade e a cidade não é feita de casa, de estrada, de poste, mas é feita de pessoas, e as pessoas vivem nesta cidade, elas trabalham nesta cidade, elas adoecem nesta cidade e elas passam fome nesta cidade. Então acho que os vereadores têm um papel fundamental neste momento, quem está e quem não está presente, tem que ter coração, coração pelas pessoas. Então vou direcionar a minha fala para isso porque ter um trabalhador que continua na rede é fundamental para as pessoas que vivem na cidade. Ficar trocando de profissional é horrível para as pessoas, é horrível para o trabalhador. Eu tenho a certeza de que os vereadores que estão aqui, volta e meia, precisam de atendimento médico. Imagina que você chega lá e não está o médico que costuma atender vocês; e outro. E volta lá; é outro. E na outra vez é outro ainda. Porque quando a gente tem recursos econômicos, a gente banca o nosso tratamento, mas a população que a gente

atende não tem. E ela tem que ser respeitada, porque elas são pessoas, e se elas vivem a necessidade delas não é porque elas querem, não é uma escolha, é porque todo mundo sabe que o sistema é um mundo desigual. E é papel do ente político ele olhar para todo mundo e atacar as desigualdades. É como quando a gente tivesse seis filhos, e tem um com maior necessidade, a gente tem a necessidade de olhar para aquele filho também. Eu acho que esse ponto é fundamental para todos os vereadores, olharem para a situação desses trabalhadores do IMESF.

Eu sei, como ninguém, o quanto é importante ser um trabalhador que está há quinze anos numa unidade, eu sei o que está acontecendo nas famílias, eu atendo um e sei o que está acontecendo com a mãe do guri. Eu sei o que está acontecendo. Isso é superimportante. Eu sei que é importante e posso falar disso porque eu sou médico e trabalho na Atenção Básica. Eu sei. Eu posso falar, eu estou lá. Quem não está lá não sabe como é. Se o sistema está produzindo misérias, não é quem está em alguns lugares que vai ver. Eu vejo porque eu estou atendendo as pessoas. E meus colegas estão atendendo as pessoas. Quando a gente atende uma pessoa e ela não tem dinheiro para pagar uma passagem e ir até uma farmácia distrital... Eu trabalho na região nordeste, e, dos 17 distritos da cidade, é o pior IDH, as pessoas não têm dinheiro para pagar uma passagem e pegar remédio. Eu sei o que é isso. Mas por que não criaram uma farmácia distrital no Nordeste? Não se resolve nunca o problema da saúde porque não se investe na saúde. Eu acho que a gente está num ponto de olhar para isso tudo e decidir que saúde a gente quer para a cidade. Eu acho que está nas mãos da Câmara de Vereadores esse olhar, e é como alguns dizem: saúde não é mercadoria, saúde é vida, tem a ver com felicidade, tem a ver com bem-estar. Saúde não é só corpo, saúde é mente. E se a gente não tiver uma visão muito mais ampla de saúde, a gente vai pro brejo, pessoal. E saúde é uma coisa muito mais ampla, ela tem que incluir a natureza, tem que incluir alimentação, ela tem que incluir assistência social. A gente só precisa de assistência social porque essas pessoas não têm acesso.

Eu estou falando do IMESF, e tem um monte de caras conhecidas, eu sei que não preciso falar para eles, eu estou falando para quem tem o poder de decisão. A gente só tem argumentação, mas quem pode decidir que direção isso vai tomar, são os vereadores. O prefeito já está decidido, ele está decidido desde o ano passado. Agora, tem uma luta dos

trabalhadores e de muitas pessoas, e isso não foi a cabo. E agora cai na Câmara de Vereadores, e os vereadores têm um papel fundamental, é uma decisão que a gente toma hoje na nossa vida e vai desdobrar para o futuro. É como se a gente estivesse numa encruzilhada, e quem vai decidir em que direção a cidade vai é a Câmara de Vereadores neste momento, ao que parece. Eu espero que os colegas, uns com os outros, entre os vereadores, se conversem, falem da importância do papel que têm para a cidade. A gente vai morrer, pessoal, todo mundo que está aqui vai morrer. Agora, que cidade a gente vai deixar para as próximas gerações? A gente vai virar pó, todo mundo vai virar pó, agora quero saber o nosso papel enquanto cidadão, enquanto ser humano nesse processo da humanidade. Esse papel eu quero saber. É isso que eu quero saber. E está na mão de cada vereador com seu botãozinho no dedo, que botão vai apertar. Era isso que eu tinha a falar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Estêvão Finger está com a palavra.

SR. ESTÊVÃO FINGER: Boa noite a todos e todas presentes nesta importante audiência. Quero cumprimentar muito especialmente o Presidente Pujol e os demais vereadores presentes que proporcionaram esta audiência pública; quero cumprimentar também o Conselho Municipal de Saúde aqui presente; os colegas do IMESF, sobretudo o Sindisaúde, o Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, o Sindacs, a Associação de Agentes Comunitários e o Sindicato da Odonto. Então, gente, para quem não me conhece, sou Estêvão, ex-presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, trabalhador da Unidade de Saúde Laranjeiras de Porto Alegre, delegado sindical e hoje, neste ato, representando o Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, conforme solicitado pela Claudia. Primeiro quero dizer que o que está acontecendo em Porto Alegre não tem precedentes em termos de destruição de políticas públicas, em especial a saúde. Quando o gestor opta por terceirizar, por privatizar o serviço, ele vira de costas para a população e vira de costas para os trabalhadores, e ataca os trabalhadores como Marchezan faz. Por que isso? Porque nós, trabalhadores, representamos com muita

qualidade, os concursados inclusive do IMESF, o poder público no posto de saúde. E nós fizemos o nosso melhor com a nossa qualidade, com a nossa especialização, com nosso conhecimento, enquanto o gestor constantemente vira de costas para nós, que é o prefeito Marchezan. Precisamos nos orgulhar, primeiramente, de sermos concursados, de entrarmos pela porta da frente, prestamos concurso público, tivemos mérito para estar atendendo a população. Esse é um ponto muito importante.

O IMESF, hoje, vereadores presentes, não está, ainda, inconstitucional. Nós temos que falar isso aqui. Como a Ver.ª Cláudia disse, o CNPJ do IMESF está ativo. Embora tenha toda uma discussão judicial, enfim, não vou entrar hoje no mérito dessa discussão, apesar de estar ativo, e se o CNPJ do IMESF está ativo e se o prefeito tivesse vontade política de manter esses cerca de 1.400 trabalhadores que restam no IMESF, ele poderia fazer. Mas ele não quer fazer. Ele opta por terceirizar, como o Julio recém colocou: faz contratualizações vultosas com entidades privadas, que batem a casa de R$ 17 milhões por mês, e a população que está nos assistindo tem que saber disso: são R$ 17 milhões por mês divididos entre a Santa Casa, Hospital Vila Nova e Hospital Divina Providência. Isso é colocar o dinheiro público na mão do empresariado, enquanto a Atenção Básica deveria ser – a gente defende isso como sindicato – administrada pela gestão pública, com recurso público, fruto dos impostos de cada cidadão e cada cidadã... (Ininteligível.) ...que defendemos. Não dá para despejar dinheiro na mão da iniciativa privada. Que interesse a iniciativa privada tem a não ser o lucro quando vai a um posto de saúde administrar a Atenção Básica de Porto Alegre? Não há outro interesse a não ser o lucro. Vejam bem: o IMESF hoje tem um custo mensal em torno de R$ 8 milhões, R$ 8,5 milhões, no máximo R$ 9 milhões. Então não há justificativa plausível para terceirizar o serviço, inclusive do ponto de vista econômico e orçamentário do Município. Então o que o prefeito está fazendo é dando um calote para o próximo prefeito... (Ininteligível.) ... É isso o que o governo Marchezan está fazendo, e é isso que a população precisa saber!

Há alternativas, há muitas alternativas. O Ver. Oliboni citou a questão do cargo em extinção. Quero lembrar que o Roberto Robaina, no ano passado, já tinha suscitado a proposta da empresa pública. Inclusive, eu, junto com o Jonas Reis, escrevi um artigo para o Sul21 defendendo até essa empresa pública, como o CNPJ do IMESF está ativo, fazendo a

transposição desses trabalhadores, como prevê a própria CLT, de celetista para celetista, que é algo viável também – inclusive, isso está sendo defendido por muitas candidaturas à Prefeitura de Porto Alegre. Há alternativas.

Eu quero parabenizar a Câmara Municipal no sentido de ser protagonista neste debate, como foi colocado aqui por várias pessoas. A Câmara, já que o prefeito está inerte – a gente sabe que há a separação dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo –, tem que assumir esse protagonismo do debate para não demitir esses 1,2 mil, 1,3 mil trabalhadores. É isso o que está sendo feito hoje, isso tem que ser saudado. Não se pode demitir trabalhadores que têm vínculo com a comunidade, que conhecem a população – o médico, o agente comunitário, o dentista, o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o agente comunitário de endemia, de saúde bucal, o pessoal da sede administrativa do IMESF. Enfim, todos os que trabalham são importantes para a saúde da população de Porto Alegre. E nós temos... (Ininteligível.) ...nada contra os colegas que estão entrando nas terceirizadas, mas muitas vezes não têm a capacitação, não têm o conhecimento que nós já temos de anos; e a Prefeitura, de modo irresponsável, não permite que eles se capacitem. Isso é grave, porque quem paga o pato disso é a população, haja vista a campanha de vacinação que recentemente teve.

Então, sem me estender muito, quero, mais uma vez, saudar a iniciativa em nome do Sindicato dos Enfermeiros do Estado, é muito importante a audiência. Esperamos, sinceramente, que haja encaminhamentos sobre o assunto. Ver. Oliboni, meu amigo, não precisamos esperar o 2º turno, está bem? Há possibilidade de se vencer no 1º turno, inclusive. Então temos que sair com algo imediato, algo concreto aqui hoje desta audiência. Um grande abraço a todas e todos. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, colega Estêvão. O Ver. Adeli Sell está com a palavra. (Pausa.) Não estamos conseguindo ouvir, Adeli, há algum problema na sua conexão. (Pausa.) Ver. Adeli, talvez o seu microfone esteja muito baixo, não estamos conseguindo lhe ouvir. (Pausa.) Enquanto o Ver. Adeli se reconecta, vamos ouvir o próximo vereador inscrito. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Primeiramente, boa noite a todas e a todos. Quero fazer uma saudação especial às entidades aqui representadas, em especial ao Gilmar, à Ana Paula, ao Conselho Municipal de Saúde, aos colegas vereadores e à Ver.ª Cláudia, que foi a primeira a se pronunciar.

Bom, parabenizar a iniciativa do Ver. Oliboni. O Ver. Robaina também já foi proponente de uma solução; e agora, mais concretamente, temos essa proposta do Ver. Oliboni. Eu fiquei muito tocado com a fala do Dr. Marcio aqui, porque realmente nos chama a pensar esses, no mínimo, dois modelos de saúde que se contrapõem a partir de uma gestão, a partir da fala do Marcio e de outras falas, que também é trazida por essa ideia, trazida pelo Marchezan. Vocês perceberam que, desde o início da pandemia, tanto ele quanto o Leite, o governador, só falam em leitos: quantos leitos, quantos leitos. Ou seja, eles são daquela visão de que saúde é doença, de que saúde é hospital; portanto, eles falam só na Alta Complexidade. Quando, na verdade, a gente sabe que os países que melhor controlaram a atual pandemia foi porque tinham um forte sistema de Atenção Primária e conseguiam detectar, testar e isolar as pessoas. É assim que se controla uma pandemia, muito mais do que só pensar se temos leitos de UTI e respiradores disponíveis.

Eu não vou fazer uma fala muito longa aqui. Na fala do meu colega Oliboni, que tem acordo da nossa bancada, o PT, ele traz essa questão que eu acho que é um dos encaminhamentos – eu entendo como o principal, Oliboni, o que tu sugeres já na tua fala de início –, que é essa questão de nós votarmos logo esse projeto. Claro que 4 de dezembro – não é, Robaina? – não é o final do mundo, ainda mais se nós já estivermos sob a égide de uma nova gestão. Se o prefeito Marchezan for para o 2º turno, é um cenário; se não for, é outro cenário, isso a gente sabe. Eu espero que ele tenha aquela grandeza que o então prefeito Fortunati teve quando perdeu a eleição. Não é que ele tenha perdido, o candidato foi o Melo na legislatura passada. No final, mesmo ele ainda sendo prefeito da cidade, mas já tendo o Marchezan sido eleito, ele começou a mandar projetos para a Câmara Municipal – quero sempre ressaltar isso, porque mostra a grandeza de um homem público, com quem temos nossas diferenças –, nos meses de novembro e dezembro, quando eu já estava como vereador, Sofia, que ainda estava lá conosco, dizendo: “a pedido do prefeito eleito, mando um projeto de lei para a Câmara”. Não era ideia do Fortunati, mas ele entendia,

politicamente, que o seu período estava esgotado e que, portanto, abria uma nova ideia na cidade, uma nova ideia trazida por um novo prefeito. Pois bem, vamos pedir que o Marchezan também tenha essa grandeza, sobretudo se ele nem estiver no 2º turno. Ou seja, no domingo à noite, nós já podemos fazer esse pedido para o Marchezan. E podemos fazer outro pedido ao Luiz Afonso, à Diretoria Legislativa, para a gente lembrar os projetos da chamada reforma administrativa do Marchezan, e tantos outros que ele mandou – ele não queria antecipar o IPTU, fazer o desconto de antecipação de IPTU, a Sofia lembra bem. Então, eu acho que temos que nos concentrar, neste momento, naquilo que o Oliboni nos disse. E é claro que a audiência pública não tem um caráter deliberativo, esse é um limite da audiência pública, mas nós podemos, sim, tirarmos, como encaminhamento de ação das entidades e dos vereadores que estão aqui –Paulinho, Cláudia, todos nós, Adeli – de que nós vamos lutar para uma comissão conjunta, que acelera muito a tramitação do projeto.

A Câmara não é um órgão burocrático; às vezes, nos fazem a pergunta: “mas quanto tempo vai demorar para tramitar o projeto?” Bom, se tiver um acordo político, eu já vi projetos chegarem num dia e em dois dias depois, serem votados; não é Luiz Afonso? O Luiz Afonso sabe bem do que estou falando. Então, gente, não entrem, às vezes, nessa fala de alguns vereadores, que o projeto precisa tramitar e não é tão rápido assim. Bom, tendo acordo político, ele vai rápido, então, dá para nós votarmos na semana que vim, sim. Claro que nós temos outro problema aí, causado pelo próprio Marchezan. O Marchezan adotou uma estratégia que nenhum outo prefeito tinha feito na história de Porto Alegre; todos os projetos que ele manda para a Câmara, ele faz pedido de urgência, e os pedidos de urgência do prefeito se sobrepõem aos outros projetos. Então, ele precisa, imediatamente, retirar todos os pedidos de urgência, de talvez 20 projetos que estão trancando a pauta, por conta dessa estratégia dele, uma estratégia baixa, eu diria assim, que tem colocado de joelhos a Câmara Municipal de Porto Alegre.

Então, estou querendo fazer uma fala aqui não tanto de concepção, do quão importante é, porque eu acho que quem está aqui nesta audiência entende do que estamos falando, e da pertinência e da manutenção do trabalho, e dessa questão paradigmática. Nós estamos falando aqui de um outro modelo de saúde, que preserva o emprego, a atividade, a memória, como o Dr. Márcio no vínculo, eu concordo totalmente; não é uma empresa

terceirizada, que vem, fica um pouco e depois sai, que consegue manter o vínculo que vocês conseguiram formar com a população de Porto Alegre.

Fica aqui o meu convite aos vereadores e a todos, porque sem essa pressão a Câmara não funciona, vocês precisam atuar, para que, a partir da semana, que vem nós lutarmos por uma comissão conjunta para aprovarmos esse projeto e para o projeto estar pronto para ir à votação, e nós conseguirmos fazer tudo dentro do prazo. Essa é a minha fala. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. Janaína Cortes Gomes, representando o IMESF, está com a palavra.

SRA. JANAÍNA CORTES GOMES: Boa noite, meu nome é Janaína, sou dentista da Estratégia de Saúde da Família de Porto Alegre, estamos com o CNPJ ativo ainda. Eu gostaria, em primeiro lugar, agradecer à Câmara de Vereadores, porque sempre nos recebeu muito bem. No ano passado eu pude participar da Mesa, quando a Ver.ª Mônica Leal era presidente, e nesse ano também, o então Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, nos recebeu em meio à pandemia. Estavam – eu não sei o nome de todos os vereadores – mas estavam os vereadores, Oliboni, Robaina, Ver.ª Cláudia, ou seja, os vereadores de todos os partidos, praticamente. Porque é inaceitável isso que está acontecendo, é um fiasco para Porto Alegre – é isso que eu tenho a dizer.

Bom, sempre fomos muito bem recebidos por esta Casa. O que eu quero dizer para vocês: estou no IMESF há quatro anos; entrei no IMESF junto com o prefeito Marchezan; cumprimentei o prefeito Marchezan nas unidades Castelo, que não existem mais, e na unidade Ramos, que foi privatizada. Na época, eu cumprimentei o prefeito, e as pessoas se escondiam; ninguém queria cumprimentá-lo, e eu não entendia o porquê; eu estava feliz por entrar no IMESF. Bom, agora eu entendo. Então, quando eu entrei no IMESF eu já entrei numa empresa com *status* de empresa privada, de tão organizada que era, com protocolos clínicos, com metas e indicadores, alta produtividade, por um valor de R$ 8 milhões, mais ou menos, como disseram. É ainda, digamos assim, ou foi, uma instituição de saúde de referência em atendimento, referência no Brasil, e com educação permanente, nós temos convênios com universidades. Nós recebemos – os dentistas, a enfermagem –

alunos acadêmicos em convênios com a UFRGS, com a PUC, com a UFSPA. E agora, com esses movimentos sutis do desmonte do SUS, estão querendo transformar em terceirização, mas a terceirização não traz a longitudinalidade que nós precisamos; a terceirização só traz números, e nós precisamos reverter esses números em atividades preventivas, que não estão tendo mais. O prefeito Marchezan quis tirar o IMESF porque não conseguia médicos, mas não está tendo médicos também, em várias unidades – eu saí da Domênico Feoli, sem ter médico. Aliás, com um médico, do programa Mais Médicos, quebrando o galho, com medo, porque está para terminar o contrato dele. Assim que entrarem os médicos da Santa Casa, para onde vão esses médicos estrangeiros que estão nos ajudando?

Bom, eu quero falar para vocês que 75% de trabalhadores do IMESF são mulheres, independentemente de gênero, do sexo feminino, mães de família, eu me enquadro, porque tenho uma filha, a Gabriela, e eu também sou usuária do sistema; as minhas irmãs são usuárias do sistema, os meus familiares são usuários do sistema. Nós estamos como profissionais e como representantes dessas mulheres; são mães de famílias, que no meio da pandemia, responsáveis pelo sustento da sua casa, ficaram sem o vale-alimentação. Isso aí foi a maior crueldade. Temos a equipe técnica, temos o pessoal da sede – administradores, advogados –, além da área técnica, e os agentes comunitários que ficaram sem o vale-alimentação; estamos há mais de seis meses sem o vale-alimentação; estamos com liminar na Justiça do Trabalho – confiamos muito na Justiça do Trabalho –, faz falta esse dinheiro. E isso tudo, por que aconteceu? Porque nós fomos assediados a pedir uma demissão e assinar com a terceirizada. Mas nós fizemos um concurso de provas e títulos – nós entramos pela porta da frente. Meu pai me deu educação, me deu colégio; eu estudei em colégio público, mas ele me sustentou; eu estudei na UFRGS, mas ele me sustentou; estudei no Julinho, com muito orgulho, e foi muito difícil chegar até aqui, não é fácil passar num concurso público. A gente não tem indicação de ninguém, a gente não nasceu em berço de ouro. Estou falando isso em nome de muitas mães, profissionais do IMESF; e tem pais também que cuidam dos filhos, sozinhos.

Bom, o que está acontecendo agora? Algumas gerências já estão comunicando que, no dia 04 de dezembro, seremos demitidos com pagamento e aviso prévio. Isso é muito grave, e

pedimos a ajuda dos vereadores para que aprovem, em regime de urgência, os projetos. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, colega Janaína. Vamos verificar se o Ver. Adeli Sell já está com a conexão em condições. Continuamos não ouvindo o vereador ao microfone, aparece habilitado para nós aqui, mas não estamos conseguindo ouvir. Tanto a Câmara como o telefone aparecem conectados. (Pausa.) Não estamos conseguindo ouvi-lo. Vamos dar mais uma sequência às falas e aí retornamos ao Ver. Adeli Sell. A Sra. Francieli Giachini Esmerio, enfermeira, está com a palavra.

SRA. FRANCIELI GIACHINI ESMERIO: Boa noite a cada um e cada uma que estão aqui. Eu gostaria de agradecer à Câmara de Vereadores e ao Presidente Pujol por nos receberem, porque nós passamos quatro anos sem termos acesso a diálogo, uma gestão que praticamente não nos ouvia. Nós estamos sendo, nessa palavra, massacrados. Eu gostaria de agradecer também aos sindicatos com uma fala de muito carinho por serem tão combativos e nos ajudarem neste momento tão difícil; agradecer a todos os vereadores que nos ajudaram a chegar até aqui nessa luta.

Eu me emocionei muito com a fala da Jana e do Dr. Márcio, porque eu, como enfermeira, entrei no concurso de 2012 e eu lembro que, quando eu entrei, eu era concursada em outra instituição aqui em Porto Alegre. Eu vim para a Estratégia Saúde da Família, porque eu pensei que eu seria mais importante como enfermeira, atuando na saúde da família do que atuando numa área hospitalar, por exemplo. Eu me sinto mais realizada profissionalmente. E, quando a gente entrou nesse concurso, eu lembro que um dos critérios do edital, para tu pontuares melhor na prova de títulos, era você ser especialista em saúde da família ou saúde coletiva, então, a grande maioria dos nossos profissionais é especialista na área, tem uma visão de que vai trabalhar nas comunidades, nos locais de difícil acesso, e fazemos isso com muito amor.

Eu já trabalhei, eu já fui coordenadora da saúde indígena, para vocês terem noção. Eu já circulei um monte por Porto Alegre e trabalhei em locais onde a gente não tinha nem banheiro, no sol de 40°C em Porto Alegre, nos altos do morro sem ter banheiro para poder

fazer as necessidades, escovar os dentes depois do almoço. Então, é muito triste a gente ver um gestor que vai à televisão e diz que a gente trata a população como gado. É inadmissível esse tipo de comportamento. É difícil acreditar que nós, como Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família, nós somos referência no Brasil para a saúde pública, para a Atenção Básica. Nós temos colegas que vieram prestar concurso público, do Nordeste, do Rio de Janeiro, de vários locais do País, que vieram com pai, mãe, com filhos, com marido, com todo mundo para cá, fixaram residência em Porto Alegre para poder atuar na saúde pública. E não é em nenhum local de luxo que a gente trabalha, nós trabalhamos em locais em área vulnerável, em locais de difícil acesso.

Eu, quando vim para cá, eu tinha tanto orgulho de dizer, quando eu entrei, nós tínhamos um Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, as minhas colegas do interior perguntavam: “Nossa, vocês têm um NASF?” Eu dizia: “Temos!” E tudo foi sendo desmontado. Incrível que, em quatro anos, a saúde foi sendo desmontada! Tudo que a gente criou de vínculo com a comunidade, quem trabalha nessas comunidades mais precárias sabe o quanto é difícil fazer vínculo com as pessoas. Eu fiquei numa comunidade desde 2014, eu já tinha feito pré-natal de mãe, de filha, conheço a família; você conhece todo núcleo familiar, e tudo isso foi desfeito. Para quem não sabe, enfermeiro na Estratégia Saúde da Família é diferente do enfermeiro que atende na atenção hospitalar. Nós somos prescritores. Você imagina, eu não quero falar dos colegas que estão vindo dessas empresas parceiras, mas eles não sabem prescrever. Nós temos capacitação para isso. Nós prescrevemos antibioticoterapia. A gente tem liberdade para tratar os pacientes com tuberculose. Nós fazemos planejamento familiar, grupos de gestantes; nós atendemos inclusive gestante de pré-natal de alto risco dentro da Atenção Básica. Vejam a importância que o profissional de saúde tem nessas comunidades. Além de ensino e pesquisa, nós atuamos como preceptores, nós temos alunos, como a Jana já falou, desde o nível acadêmico ao nível superior da Escola de Saúde Pública para a residência multiprofissional. Nós formamos profissionais; vejam a nossa importância.

Desde setembro de 2009, nós estamos sofrendo um assédio incrível. Inclusive, numa das mediações, eu quero deixar isso bem pontuado, a questão do vale-alimentação, ela foi condicionada a ser recebida, desde que a gente aceitasse o acordo de demissão. Vejam o

tamanho da crueldade. Nós temos colegas como os agentes comunitários de saúde e de endemias, que o vale-alimentação complementa a renda deles. Nós tivemos que fazer ação de grupos para fazer kits de alimento para eles, porque, para as famílias, isso realmente faz falta. É grave, o que está acontecendo, parece que as pessoas fecham os olhos para isso. Às vezes, eu penso que a saúde da família e não só a comunidade, mas os trabalhadores são esquecidos lá. Eu falo muito da estrutura da minha unidade de saúde, onde eu trabalhava, que era extremamente precária. Toda vez que chovia, nós tínhamos que fechar salas, porque inundavam as salas. E assim a gente seguia trabalhando – com muito amor, nas condições mais precárias.

Então, venho aqui dizer que eu acho muito importante, sim, essa carta de compromisso. Isso não é só pela manutenção dos nossos empregos, mas é pelo SUS. O SUS é público, o SUS é de todos. Eu também sou usuária do SUS. Nós temos denúncias, com essas parcerias, com essas contratualizações, de erros brutais em sala de vacina. Sala de vacina é o carro-chefe da prevenção, a saúde pública atua com a prevenção. Onde que podemos conceber ter salas de vacina fechadas? Nós temos! Nós nos demos ao trabalho de fazer uma lista, nesta última semana, dos locais que foram contratualizados onde ou estão sem médico ou com sala de vacina fechada – são mais de 17. Eu posso citar. Eu mandei esse e-mail para a Câmara de Vereadores, fazendo denúncia de vários locais que, desde o mês passado, têm sala de vacina fechada. Nós tivemos remanejo de profissionais em pleno pleito eleitoral, isso é muito grave. Eu tenho exemplo da minha unidade, onde estou hoje, que é uma equipe dupla, com máximo de 15 funcionários; hoje, nós temos mais de 32 profissionais; empilhando profissionais em época de pandemia.

Eu sei que o meu tempo já está acabando, eu vou tentar ser mais breve, mas só para falar que, empilhando profissionais, nós temos seis médicos na nossa unidade, não tem nem sala para eles atenderem. Isso reduz a produção do IMES. A gente não consegue produzir assistencialmente, e aí se diz que nas unidades contratualizadas o atendimento é de excelência. Não é! Não tem médicos, os profissionais não sabem atender nas comunidades. Eles não sabem vacinar, eles não são capacitados para vacinar. E nós estamos trabalhando com máscara que é trocada a cada sete dias, que está escrito, máscara não médica, nos colocando em risco. Nós não somos testados! Então, vejam, isso

é um crime, o que estão fazendo com o profissional. Sete dias com uma máscara não médica! É inadmissível a forma como o trabalhador está sendo tratado e com o gasto que nós tínhamos, como os colegas já falaram, nós gastamos no máximo R$ 7 milhões. Hoje, R$ 16 milhões! Como assim? Dá para completar em cem por cento a saúde da família.
Eu quero agradecer, mais uma vez, em nome de cada um e cada uma que estão aqui, aos nossos colegas. Muito obrigada e desculpem se eu me estendi, que eu fico muito feliz por esta oportunidade. Eu peço para que, por favor, a Câmara de Vereadores coloque em frente a votação de uma vez deste projeto, que nosso CNPJ está em pé. O STF, inclusive, no Rio de Janeiro, já manteve a validade da contratação por CLT nas fundações no Rio de Janeiro, e nós temos já uma jurisprudência para isso. Então, existe caminho, basta ter vontade política. Então, mais uma vez, eu agradeço.
u queria falar mais, mas, se eu me estender, vou passar muito do horário. Mas eu quero lembrar que as equipes contratualizadas estão incompletas. Foram sete unidades de saúde fechadas por esse prefeito, desde a Medianeira, Vila Gaúcha, Embratel, Tronco, Belém Novo, Orfanotrófio, Mato Grosso, Nazaré, e é inadmissível. Essas pessoas não têm condições financeiras de se deslocarem para outras unidades, sem contar os conflitos que tem nas comunidades, que o Jonas já citou. Muito obrigada a todos e boa noite.

O SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado à colega Francieli pelo seu pronunciamento. O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa noite aos 250 participantes deste magnífico evento. É muito importante que nós estejamos todos aqui. Hoje à tarde tivemos um duro embate na Câmara Municipal de Vereadores, por causa de um vereador tucano, que se esconde na atividade remota para fazer uma emenda a um projeto de lei que discutia a questão da remuneração, em que ele queria, na verdade, congelar salários dos servidores públicos por quatro anos. Eles se escondem e, quando eles não se escondem, a gente sabe o que eles fazem. Por isso, nós estamos aqui hoje à noite, nessa perspectiva de aprovarmos um projeto de lei. A bancada do Partido dos Trabalhadores sempre trabalhou com a ideia de uma fundação, no entanto, nós somos uma bancada aberta, que faz uma proposição... eu

tive, muitas vezes, o prazer de escrever resoluções em nome da nossa bancada, que eu sou líder, com outros vereadores de outros partidos, e construir coletivamente importantes vitórias. Olhem a vitória que tivemos com o Previmpa, com a Procempa, foi por causa das nossas articulações e da pressão dos servidores, das suas presenças aqui, das suas manifestações, dos dados que apresentam.

E quero falar das terceirizações. Nós vamos ver tragédias aqui pela frente; tragédias não, infortúnios, porque tem a mão do gestor que fez isso de forma irresponsável, muito irresponsável. Hoje, fiz uma grave denúncia sobre a terceirização na SMED com a Multiclin, pois nós verificamos que a empresa que hoje opera, que não paga as pessoas, que pratica dano moral coletivo, é uma empresa laranja, e quem ganhou a licitação agora foram exatamente os verdadeiros donos. Nós fizemos uma notificação extrajudicial hoje para o secretário. Nós estamos levantando um conjunto de questões, e, na semana que vem, eu proponho que a gente faça uma reunião com os vários sindicatos que representam as categorias profissionais, para que a gente entre no Ministério Público do Trabalho com uma representação por assédio moral coletivo, pela forma que vocês descreveram aqui. Está claramente configurado na legislação brasileira como dano moral coletivo. Nós chegaremos, na próxima semana, com a melhor proposição.

O prefeito trancou as nossas pautas, nós não conseguimos evoluir em vários projetos, porque, de forma irresponsável, ele colocou, em todos os momentos, projetos que nada tinham a ver, que não tinham pressa de serem discutidos, mas era para enfrentar, sim, o serviço público. Alguns poucos vereadores, como esses que eu citei, querem acabar com o serviço público, querem privatizar absolutamente tudo. Queriam fazer isso com o Mercado Público, nós reagimos; foram 20 mil assinaturas, foram ações junto aos órgãos de fiscalização e controle e nós vencemos, inclusive, no Supremo Tribunal Federal. Nós podemos caminhar juntos, com vocês mobilizados, com suas entidades. Mas, comunidade, não será divisão entre nós que acontecerá, pelo contrário, temos várias proposições que podem ser unificadas numa única proposta, que tem um arcabouço jurídico mais consistente, para que nós possamos garantir não só empregos, não só a dignidade do servidor, que hoje está ameaçada – por isso eu falo do assédio –, mas também para o usuário, pois eu sei o que é o atendimento. Eu vou no Posto Santa Marta com a minha mãe

e verifico – assim como eu vou no postão, bem como nas outras unidades – o empenho dos profissionais. Por isso nós estamos hoje aqui: para lutar pela dignidade das pessoas, do serviço público, e pelas pessoas que têm atendimento pelo SUS. O SUS deve continuar. Por isso nós estamos aqui, estamos juntos com vocês nessa grande batalha. Muito obrigado.

O SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Adeli Sell. Vamos ouvir agora a colega Dra. Nadia, do Programa Mais Médicos.

SRA. NADIA OMAR OMAIRI: Boa noite a todos, eu sou médica do Programa Mais Médicos, gostaria de falar não somente em meu nome, mas também em nome de outros colegas que não puderam falar neste momento. Somos cinco médicos do Programa Mais Médicos: a Dra. Elaine, que atuava na Unidade de Saúde Vila Safira; o Dr. Artur Maroni, que atuava na Unidade de Saúde da Restinga; a Dra. Keile, que atuava na Unidade de Saúde Indígena; a Dra. Valdinete Pereira, da Unidade de Saúde Safira Nova; e eu, que atuava na Unidade de Saúde Jardim Carvalho. No que diz respeito a esse desmonte que vem ocorrendo na saúde pública do Município de Porto Alegre, a gente gostaria de tornar pública essa informação de que, associado a isso, também vem o fato do encerramento da participação dos médicos do 13º Ciclo do Programa Mais Médicos, devido a esse processo de terceirização da Atenção Primária no Município. Como sabemos, os médicos do Programa Mais Médicos são os que, de fato, criam vínculos com a população, com a comunidade, com as equipes, com os colegas do IMESF, obviamente, e que, na constituição das equipes de atenção à saúde, trabalham nos mesmos moldes de gestão, sempre respeitando todas as leis do SUS. Nós, os cinco médicos, atuamos aqui no Município desde 2017 e, desde então, presenciamos a carência de médicos nas mais variadas unidades do Município. Na maior parte do tempo, as unidades com quadro incompleto desses profissionais, principalmente com falta de médicos.

Segundo a Secretaria de Atenção Primária à Saúde, a Organização Mundial da Saúde declarou que o surto da doença causada pelo coronavírus constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional. Diante desse contexto, sabemos que há um

aumento de casos suspeitos e confirmados no País e isso representa uma maior incidência nas capitais e regiões metropolitanas, nas áreas de aglomerados urbanos. Em decorrência disso, recentemente, em 13 de outubro, o Ministério da Saúde prorrogou o contrato de todos os médicos do 13º Ciclo, do qual fazíamos parte até pouco tempo, por dois anos e seis meses. Todas as capitais, todos os municípios do Brasil, todas as prefeituras do Brasil aderiram a essa prorrogação pela necessidade, pela demanda e pela questão da pandemia, que aumentou ainda mais essa necessidade de profissionais. Vale ressaltar que Porto Alegre foi o único município do Brasil que se opôs a essa prorrogação de contratos, coma justificativa de que, hoje, o Município possui um excedente de profissionais do Programa Mais Médicos, sem a necessidade real, o que de fato sabemos que não condiz com a realidade das unidades de saúde do Município. Inclusive, para citar algumas, a unidade de saúde Vila Safira, onde atuava até pouco tempo a Dra. Elaine, encontra-se sem médico até o momento. A terceirizada assumiu recentemente sem médico. A unidade de saúde onde eu atuava, a unidade de saúde Jardim Carvalho, é uma unidade de equipe dupla, permaneceu sem médico durante os dez primeiros dias em que a terceirizada assumiu; dez dias após, uma médica iniciou os trabalhos ali pela terceirizada, mas falta uma médica. A unidade de saúde Safira Nova, onde também atuava uma colega, a colega Valdinete, equipe dupla, só um médico. Unidades de saúde sem médicos, unidade de saúde São Borja, unidade de saúde Santo Agostinho, unidade de saúde Timbaúva, Vila Safira, Santa Fé, Santa Maria, Passo das Pedras II. Existem também unidades de saúde, como a unidade de saúde FAPA, unidade de saúde Batista Flores, que estão hoje com médicos do Programa Mais Médicos atuando ali. Unidade de saúde Jardim Protásio Alves, com dois médicos do Programa Mais Médicos; unidade de saúde Ilha dos Marinheiros, eram duas equipes, hoje tem um só médico, ou seja, a gente pôde confirmar que essa justificativa não condiz com a realidade, a justificativa de que o Município tem um excedente de médicos e que, por isso, eles não quiseram renovar o contrato com o Programa Mais Médicos, que é uma verba federal. Lembrando que hoje um médico do Programa Mais Médicos tem um custo, para o Município, de R$ 2.050,00, o que corresponde ao auxílio-moradia e auxílio-alimentação. O salário dos médicos do Programa Mais Médicos é verba federal. Quanto custa um médico pela terceirizada? Um médico hoje, por uma unidade terceirizada, gera,

para o Município, aproximadamente R$ 17.000,00. Então, se formos analisar nesse contexto, as contas não batem. Somos cinco médicos do 13º ciclo, tivemos que ser afastados do nosso cargo, perdemos esse contrato de dois anos e seis meses em decorrência de um interesse da gestão em terceirizar as unidades.

Temos RMS, que é o registro do Ministério da Saúde, mas não podemos atuar em nenhuma unidade no momento. Sabemos da falta de médicos, sabemos da importância de ter médicos na assistência, nos postos de saúde, mas tentamos conversar com representantes da Secretaria sem sucesso, simplesmente a fala foi de que o Município não tem vagas para os médicos do Mais Médicos e que hoje, com a questão da terceirização, sobrariam médicos. A pergunta é: onde estão esses médicos? Que não estão nos postos, óbvio! Lembrando também que muitos dos profissionais que hoje estão atuando nas unidades de saúde do Programa Mais Médicos, vêm trabalhando com uma carga horária reduzida nas próprias unidades de saúde onde estão e muitos deles estão sendo remanejados para coberturas em outras unidades, dessa maneira, tentando amenizar esse problema da gestão local com a falta de médicos. Só que isso vem prejudicando a população, que fica desassistida. Lembrando mais uma vez que não só estamos em época de pandemia, na qual a demanda de atendimentos é muito grande, mas estamos em pleno período de campanha eleitoral, e toda essa questão de remanejo com relação à cobertura das outras unidades nos demonstra o intuito de mascarar os fatos que vêm ocorrendo de fato, que é a falta de profissionais médicos nas unidades. Era isso, poder fazer pública toda essa questão do Programa Mais Médicos, que está associada a todo esse desmonte da saúde pública no Município, juntamente com a questão do IMESF. Muito obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Dra. Nadia. A deputada Sofia Cavedon está com a palavra.

SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada, Luiz Afonso. Eu quero cumprimentar o nosso diretor legislativo, que sempre foi chamado de 37º vereador e que, agora, está presidindo audiências públicas. A gente fica muito orgulhosa, porque é um grande profissional. Quero cumprimentar o Presidente Pujol, cada um dos vereadores e vereadoras aqui presentes,

em especial, o Oliboni, que é o proponente de uma solução possível; e cada um e cada uma de vocês, trabalhadores e trabalhadoras. Eu ouvia com muito carinho, muita atenção, fiquei emocionada. Falei com a Aline, que nos contava dos ajustes e das programações e como pensaram, a partir da sua comunidade, da sua demanda. Poderia citar a fala de cada um e cada uma, a Nadia nos procurou em relação ao Mais Médicos, nós somos superdefensores e fica muito claro, eu quero dizer, eu sou deputada estadual, e vocês sabem, procurei estar com vocês nesses anos, fui presidente da Câmara, quando foi votado o IMESF. Nossa, nós fomos até de madrugada, nós lutamos, aquelas caminhadas dos jalecos brancos, o Oliboni vai lembrar bem, não sei se o Oliboni estava deputado ou não. Quero dizer para vocês que, em primeiro lugar, é uma grande injustiça, absurda injustiça que fazem com esse grupo tão qualificado, que viveu tantas turbulências. Ver. Paulinho, Ver. Robaina, Adeli, desculpem se eu não citei todos, é que o tempo é curto, mas eu quero reconhecer o valor extraordinário de um grupo de vereadores e vereadoras, de sindicatos, do Conselho da Saúde, que está aqui presente, que vem lutando muito ao lado de vocês, e talvez a gente esteja nesse limiar da história, ou seja, no limiar de mudar o governo. E vocês ainda estão aí, de maneira resiliente e brava, não é, Ver.ª Cláudia? Cumprimentando-a também. Sobrevivendo e defendendo a saúde que nós sonhamos e acreditamos, que é a saúde da Atenção Básica, que é a saúde preventiva, que é a saúde que tem vínculos, que tem permanência, que cria programas para saúde e bem-estar e não apenas medicalização, não só emergência, quando vai parar todo mundo na emergência, quando a saúde básica não funciona.

Eu queria dizer que foi graças à fibra e ao valor extraordinário que vocês têm. É preciso fazer justiça com vocês e com os direitos da população, que aqui vocês caracterizaram muito bem. Essa vitória na Justiça nos dá esse tempo, esse tempo para fazer duas coisas, para mudar o governo. Nós vamos ter que usar a nossa força de cidadania agora, no domingo, nós temos que usar, senão serão quatro anos desistindo. Quando o Marcelo Sgarbossa, que eu cumprimento também, citou que o governo eleito, antes de empossado, ele já colocou leis, nós tivemos que lutar, eu era vereadora, nós tivemos que lutar contra as leis do prefeito eleito e não empossado. Ali o Marchezan já disse a que vinha, porque não ia pagar nem o 13º dos municipários. Nós tivemos que enfrentá-lo naquele dezembro, antes

de ele assumir. Então, foi muito, muito grave, porque ele tem uma gestão de descarte de pessoas, ele quer ser, como falou o Oliboni, talvez o Estêvão, um gestor de contratos, porque o interesse dele é pegar dinheiro público e botar para negócios privados. Esse é o interesse dele, e nenhuma cidade vai funcionar com um prefeito gestor de contratos. É uma fragmentação, é um sobretrabalho, é o que vocês mostraram bem hoje – até pedi que me passem para o meu e-mail os dados que vocês passaram para os vereadores e vereadoras, porque a gente também está atuando junto ao Ministério Público, a todas as instâncias em que é possível ajudá-los. O que acontece? Sobra gente de um lado e falta gente do outro, não tem continuidade, não tem qualidade, não tem olhar de cidade, sistematicidade, muito menos valorização e respeito com as pessoas. As pessoas são apenas vagas, e elas são descartáveis, é isso que esse Marchezan fez todo esse tempo! Ele demitiu trabalhadoras na assistência social. Hoje acabou de uma empresa desistir, e a gente estava lutando hoje junto às gurias da assistência social, conseguir uma mediação para segunda-feira no Ministério Público para receberem o salário. Assim como demitiram na área da educação, estão tentando demitir vocês. Esses gestores não têm nenhuma humanidade, eles não têm nenhum amor à população, como vocês nos mostram aqui e nos emocionam, porque vocês fazem escolhas, e eu acredito nisso. Sabem por que eu acredito? Porque vocês devem viver a dor, não só a dor do que vocês estão vivendo, de pressão, mas a dor de não ter retaguarda, a dor de não conseguir um exame especializado, a dor de não conseguir uma cirurgia como tem que ser, a dor de saber que o menino, a menina, a mãe que vocês atenderam não tem passagem, não tem condições de fazer um tratamento, porque não conseguem se deslocar. Então eu imagino quem está lá na ponta! Eu fui professora da periferia, eu sei o que está na periferia, porque fui muitos anos vereadora. Eu sei a dor que vocês vivem, porque vocês tratam do ser humano inteiro e não conseguem dar continuidade aos tratamentos, ter respostas. É uma luta que vocês fazem por uma escolha que é muito linda e que uma parte da saúde faz. Se vocês resistiram até agora, não é agora que nós seremos derrotados.

Então eu quero fortalecer a proposta, Presidente Pujol, de sair, sim, uma reunião conjunta de todas as comissões para aprovar esse projeto e aprovar o decreto que o Marcelo entrou, que vários vereadores estão aqui entraram, o Legislativo, que retira essa absurda

determinação de volta às aulas, sem plano sanitário, sem nada – não é, Marcelo, que estava pontuando isso na semana que vem. A Câmara tem poder, e diante de um governo irresponsável, um governo que só faz negócio, um governo que não olha a vida, o Legislativo é muito importante! Esta Câmara tem feitos extraordinários, vereadores e vereadoras, eu vivi momentos extraordinários neste Legislativo. Vocês têm feito, vocês fizeram o recuo agora em relação ao aumento dos vereadores, quando a cidade ficou indignada, aumento dos vereadores e prefeito. Vocês ouviram a cidade! É muito bonito um Legislativo com esse perfil, nos orgulha. Nós esperamos que, na semana que vem seja votado em uma reunião conjunta e que a gente possa fazer uma extraordinária para votar a permanência de vocês, porque eu tenho certeza que domingo sai das urnas – dependendo do meu voto e de muitos – novos prefeitos, uma nova prefeita comprometida – comprometida! – com vocês, com a permanência dos trabalhadores e trabalhadoras da Atenção Básica. Nós vamos fazer juntos e juntas o fim desse calvário, podem ter certeza. Parabéns por resistirem até aqui, e sairão vitoriosos, podem ter certeza, estamos juntos. Um grande abraço, gente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, deputada Sofia Cavedon, pelo seu pronunciamento. Vamos ouvir agora a Maria Angélica Mello Machado, do Conselho Distrital Norte

SRA. MARIA ANGÉLICA MELLO MACHADO: Eu sou conselheira representante dos usuários da Zona Norte de Porto Alegre, mais especificamente do bairro Santa Rosa de Lima, quase divisa com Alvorada, extremo norte de Porto Alegre. Eu vou aqui falar então em nome dos usuários. Nós temos aqui na nossa região, que estão para fechar, duas unidades de saúde do IMESF, basicamente, Jenor Jarros e Vila Elizabeth. Nós fizemos várias manifestações, a comunidade foi para a rua, a comunidade se manifestou e disse: “não queremos que fechem o nosso posto, não queremos que demitam os profissionais”. E nós somos o controle social, nós representamos o controle social, eu os represento. Então isso tem que ser válido. Nós temos leis que nos amparam, que são a 8.080 e a 8.142, que garantem ao controle social fazer a sua representatividade. Então como que um projeto que

chega para a cidade de Porto Alegre, que está há nove anos com os profissionais, com toda essa experiência de periferia, com toda essa experiência de pessoal muito vulnerável... na unidade de saúde entra a gestante para ser atendida e tem até o idoso para ser atendido, então é toda população que passa por essa unidade de saúde. Olha a importância que tem em questão de qualidade de vida! E isso é pago pelos nossos impostos, que têm que ser revestidos para a saúde, para a educação, segurança e aí vai. Então eu peço aos senhores representantes nossos na Câmara de Vereadores, que são os vereadores votados pela cidade de Porto Alegre, que hoje aí estão, que votem pela permanência dos funcionários do IMESF, por todos esses trabalhadores: médicos, enfermeiros, atendentes, agentes comunitários, todos. Nós precisamos que eles continuem, eles adquiriram experiências. Como trazer para cá agora pessoas que ainda vão ter de adquirir experiência? Não brinca com a saúde das pessoas! Apesar da pandemia da Covid, nós temos o "não Covid", gente, que não parou e continua aumentando no mundo todo, no planeta – nós estamos só falando da cidade de Porto Alegre especificamente. Nós temos aqui na região norte – eu tenho certeza que em toda cidade, também no interior – um grande número de imigrantes que chegam aqui: haitianos, senegaleses, venezuelanos, que vão se agregando aos postos de saúde, às escolas, que neste ano estão fechadas, os trabalhos, a tudo. Cada vez mais cresce esse número, e não tem que se diminuir o atendimento; muito pelo contrário, tem que aumentar.

Nós lutamos muito na nossa região pela construção de novos postos; como foi dito por uma colega, tem muitos postos sucateados, eles estão bem sucateados, mas a própria comunidade se mobiliza. A comunidade Jenor Jarros, por exemplo, no ano passado, se ofereceu para fazer a manutenção; a Secretaria Municipal de Saúde ficou de mandar o material, estava tudo acertado, mas quando veio o término do IMESF e a saída desses profissionais, bom, já cortaram tudo! Mas a comunidade, sim, ela se organiza, se for preciso, ela faz a manutenção e também vai buscar os materiais. Então para resolver isso é só sentar e conversar. E esses profissionais, como estão atendendo a nossa comunidade? Ali ansiosos, com tantos problemas pessoais a serem resolvidos, que todo mundo tem? Como bem disse o médico, são seres humanos que estão cuidando de outros seres humanos, mas capacitados para isso, estudaram para isso, para fazer melhorias de vida para quem

está com dificuldade. Aqui na nossa região norte, quase que 99% são usuários do SUS diretamente, entram pelos postos de saúde, pelas unidades de saúde. Eu peço encarecidamente aos senhores vereadores, a todos que estão nos ouvindo, que estão nos acompanhando com certeza, que aprovem para ontem, assim que possível; não deixem chegar até 04 de dezembro, que seja aprovada antes a permanência dos trabalhadores do IMESF, que eles não sejam demitidos. Isso vai ser um caos muito grande, e depois não adianta a gente ficar lamentando o que aconteceu, não vai adiantar. Vamos resolver o hoje. Nós estamos num ano muito decisivo de tomar atitudes, de as pessoas mostrarem a que vieram a este mundo, de uma ajudar às outras, e é dessa forma que a Câmara de Vereadores, os senhores representando a população de Porto Alegre, tem que ouvir o que as comunidades estão falando. Eu aqui, como representante dos usuários, não só da Zona Norte, mas de todos os usuários que usam o SUS, que não vão conseguir vender e nem entregar o SUS para privado, ele é público. O SUS é uma conquista da população brasileira, é uma conquista de todos nós, trabalhadores. Infelizmente não conseguimos pagar além, não conseguimos pagar os atendimentos que são muito caros, precisamos de atendimento público que é pago para isso, há dinheiro que deve colocado para isso. Então, como fiscalizadores... (Problema na conexão.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Tivemos uma pequena interrupção na conclusão da colega Maria Angélica. (Pausa.) Dando andamento na nossa reunião, passo a palavra para o Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa noite a todos; ao pessoal do IMESF, ao nosso presidente, Ver. Reginaldo Pujol; ao nosso Diretor Legislativo, sempre ativo comandando os trabalhos; a todos os vereadores e demais presentes; a deputada Sofia Cavedon, nossa amiga. Eu estava atento às falas, tem pouca coisa para eu falar, mas eu quero dizer que sempre estive e estarei a frente com o pessoal da saúde. Eu estava atento na fala do Dr. Márcio, que falou muito bem que todos são seres humanos, que todos necessitam de cuidados, e o pessoal do IMESF tem sofrido bastante tempo. Olha, eu não sei se aguentaria sofrer o que eles estão sofrendo com essa pressão de sai, não sai; volta,

não volta, e toda essa situação aí. Parabéns, Ver. Aldacir Oliboni, por propor esta audiência hoje e aos demais vereadores que estão presente também sei que estão à frente com o pessoal da saúde. A gente não pode deixar acontecer, continuaremos lutando junto com eles, assim como já lutamos com outras categorias este ano na Câmara Municipal. Um exemplo foram os cobradores de ônibus que a gente, unidos, vencemos a parada em primeira mão em que eles seriam extintos, uma tristeza também. E nisso entrou a situação do pessoal do IMESF, mas a gente tem que defender a todos, não só uma classe. Em se tratando de trabalhadores, a gente tem que defender. Eu mesmo sempre falo que nunca fiz um concurso público – a falecida minha mãe dizia para eu fazer – porque não queria estudar, mas hoje não sou um recalcado com quem fez concurso público, até mesmo amigos meus que fizeram concurso público. Eu sei da importância que vocês têm, da importância de vocês estudarem e pagaram para fazer um concurso público; estudaram sábado, domingo à noite para poder passar e ter uma vida mais tranquila, agora chegam nessa situação toda. E o prefeito quer terminar com o sossego de vocês, isso é inadmissível. Não vou me alongar nas palavras, mas quero dizer que sempre tive um carinho e um respeito muito grande pelo pessoal da saúde, sempre que precisei fui bem atendido. Com a falecida mãe e com falecido meu pai, sempre fizeram o que puderam para amenizar a dor que eles sentiam no momento. Então eu quero dizer que estarei à frente para lutar com vocês junto com outros vereadores – o Ver. Aldacir Oliboni trouxe esta audiência hoje muito importante –, com certeza a gente vai conversar e tentar reverter essa situação que está sendo muito difícil para vocês. Como eu digo, eu não queria estar vivendo esse momento que vocês estão vivendo, poderia eu estar na pele de vocês. Então nós temos a obrigação de defender vocês e vamos lutar até o fim para que se reverta isso. E com a experiência do pessoal da saúde, como disse o Dr. Márcio, o doutor já conhece o paciente, o paciente já conhece o doutor, o auxiliar de enfermagem também, todos profissionais da área da saúde são importantes, e nós temos obrigação de defendê-los na Câmara Municipal. Um grande abraço a todos, fiquem com Deus. Obrigado por esta oportunidade de hoje de nos encontrarmos e trocarmos essas ideias.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Ver. Paulinho Motorista. A Sra. Ana Paula de Lima está com a palavra.

SRA. ANA PAULA DE LIMA: Boa noite a todos e a todas. Na figura do Ver. Aldacir Oliboni, autor do projeto de lei, quero saudar todos os parlamentares presentes; na figura do Gilmar Campos, coordenador do Conselho Municipal de Saúde, saudar todos os usuários do Sistema Único de Saúde. Falo, aqui, em nome dos trabalhadores, representando o Conselho Municipal de Saúde como coordenadora-adjunta, e saúdo todos os nossos colegas, trabalhadores e empregados públicos do IMESF, que têm, ao longo desse último ano, travado essa luta e essa resistência na defesa da Atenção Básica da Saúde da Família e do SUS no Município. Eu queria me colocar ao lado desses colegas como servidora pública municipal há 27 anos e como estatutária e, como o Márcio colocou aqui que é meu colega de território da região leste/nordeste, temos sido solidários a toda essa luta e temos tentado trazer a voz dos trabalhadores na defesa do SUS, da Atenção Básica e do IMESF ao longo desse último ano de muitas lutas. É importante colocar, enquanto memória, que esta discussão vem desde 2007. O Conselho Municipal de Saúde – CMS trava essa discussão, junto com as entidades, junto com a população na defesa de uma Atenção Básica pública e de qualidade para a cidade de Porto Alegre. A gestão dos últimos quatro anos é a gestão mais autoritária, ilegal e nefasta que esta cidade já teve o desprazer de presenciar. Infelizmente, nós, trabalhares da saúde, sofremos, diariamente, os ataques dessa gestão que elegeu os trabalhadores de saúde, os servidores públicos, como inimigos. Nós que somos os que zelamos e que somos os que devemos ser os agentes públicos da garantia de direitos nas diferentes políticas, vimos sendo tratados como inimigos por essa gestão. Isso é inadmissível. Queria colocar, enquanto Conselho Municipal de Saúde, que, em 2007, o conselho já se posicionava claramente, provocando, inclusive, os órgãos de controle, em relação à situação de precarização que já acontecia, como foi relatado aqui. Daí surge o Termo de Ajustamento de Conduta, no sentido de garantir a continuidade tão falada e que está em risco neste momento. É importante colocar essa posição, que o conselho tem sido coerente na defesa dessa posição.

Queria retomar que, em 2019, nós tivemos a maior conferência municipal de saúde desta cidade, mesmo sem o apoio dessa gestão. Pela primeira vez, de forma vergonhosa, os gestores municipais de saúde não participaram da conferência municipal de saúde, que é o maior espaço de decisão pública já previsto na Lei nº 8.142 e no SUS, que se dá através da participação da comunidade, do CMS, que é a instância máxima de deliberação do SUS no âmbito do Município.

Também queria denunciar aqui que essa gestão tem feito o maior ataque já vivido pelo controle social da história dos 30 anos de SUS, um processo de ataque e de tentativa de criminalização do controle social. Nós viemos resistindo e sendo coerentes com a defesa da Constituição, do SUS, dos princípios do SUS com as decisões, que não são decisões de alguns, são decisões legítimas ´previstas em lei, através das conferências municipais como a de 2019, que definiu a necessidade de constituir e fortalecer a Atenção Primária e a Saúde da Família em todos os seus componentes. Quero me colocar aqui ao lado dos colegas porque trabalhei cinco anos na Atenção Básica do Município, até o ano de 2019, quando essa gestão acabou com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF, importante componente da Atenção Básica para a qualificação da saúde, como um projeto que está previsto na Política Nacional de Atenção Básica. Na Conferência Municipal de Saúde de 2019, houve o referendo do fortalecimento desses componentes que estão sendo destruídos por essa gestão. Também a defesa do financiamento público prioritário para a saúde, que é importantíssimo que seja garantido. A questão da carreira pública, para que a gente possa garantir a continuidade e a longitudinalidade, os atributos que são previstos para a Atenção Básica.

Então, o CMS vem aqui reforçar as suas manifestações ao longo desse um ano, através de vários documentos, e também queria colocar, como encaminhamento, que fossem analisados todos os documentos que encaminhamos junto com o pedido desta audiência pública, que foi relatado aqui pelo coordenador Gilmar Campos, porque nós encaminhamos vários documentos e pareceres, mais de quatro pareceres que demonstram as irregularidades que vêm sendo feitas nessa gestão, na gestão da Atenção Básica do Município. Portanto, nós temos uma série de irregularidades que precisam ser avaliadas. A gente lamenta muito que o Ministério Público não esteja nesta audiência para que possa,

junto com o Parlamento, cumprir o seu papel de garantir e defender os interesses coletivos da cidade e os direitos que estão constituídos na nossa legislação e que estão sendo diretamente atacados. Então queria reforçar esse compromisso do Conselho Municipal da Saúde e colocar que todas as nossas deliberações, inclusive da última plenária que reprovou os contratos que foram realizados de forma ilegal por essa gestão, a partir do dia 1º de setembro de 2020, estão todos disponíveis na página CMS, e todos foram encaminhados inclusive para o Ministério Público de Contas, para tomada de providências com relação a essas irregularidades.

Nós aprovamos um manifesto em defesa do SUS e da Atenção Básica e Saúde da Família do Município, na quinta-feira, está publicizado. Quero reafirmar que o SUS não é negócio e a saúde não é mercadoria. Nós vamos fazer essa defesa até o fim e vamos garantir o direito à saúde, que está constituído na legislação e na Constituição Cidadã. Vamos resistir todos juntos e unidos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, colega Ana Paula de Lima. O Sr. João Ezequiel da Silva, diretor-geral do Simpa, está com a palavra.

SR. JOÃO EZEQUIEL DA SILVA: Obrigado, Luiz Afonso, pela inscrição. Quero me apresentar, sou João Ezequiel, diretor-geral do Simpa, sou técnico de enfermagem há vinte e tantos anos, vinte anos na Prefeitura de Porto Alegre, também passei pela Atenção Básica. Quero saudar o Ver. Oliboni pela proposição do projeto; saudar o Ver. Robaina pela proposição dessa ação na Justiça Eleitoral, que visa abranger e barrar todas essas irregularidades aplicadas pelo Marchezan.

Bem rapidamente, eu quero trazer que nós estamos vencendo, no dia de hoje, uma trincheira importante da luta contra a terceirização em Porto Alegre. Dizer para vocês que o Ministério Público, por mais uma decisão, está impedindo o Marchezan de cortar o ponto e de dar falta àqueles colegas que estão nas unidades resistindo contra a transferência ilegal do Marchezan. É importante dizer que os colegas da UBS Calábria, desde o dia 19 de outubro, estavam na rua diante do posto. E quero agradecer aqui o Ver. Roberto Robaina, que passou conosco lá mais de uma semana, na rua, em frente ao posto, para

garantir que os colegas não saíssem daquela unidade, mesmo havendo decisões liminares na justiça, que o Simpa ganhou, impedindo essas transferências. Nós tivemos que ir lá, o Simpa junto com o Ver. Roberto Robaina, para garantir que os colegas não fossem tirados à força do posto.

Gente, a nossa luta vem de muito tempo. Eu quero me solidarizar com os colegas do IMESF. Gente, vocês estão vencendo. Nós estamos vencendo. Parabéns a todos os sindicatos que se encorajaram e estão efetivamente na luta em defesa de vocês. Nós temos que continuar essa luta, com todos os sindicatos, vereadores e vereadoras que estão nos apoiando, e seguir em frente. Agora, dia 15 de novembro, nós temos a chance, aí sim, de demitir o Marchezan! Quem tem que ser demitido nesta cidade é o Marchezan! E o povo de Porto Alegre, com a nossa luta também, pois temos que falar com familiares, com os vizinhos, com os amigos, com os amigos e demitir o Marchezan dia 15. Se não conseguirmos demiti-lo já no dia 15, vamos demiti-lo através do *impeachment.* E se não conseguirmos através do *impeachment*, que seja, então, no segundo turno, derrotar o Marchezan, porque todas as maldades que ele tem feito não são maldades por acaso, são maldades que visam a desviar recursos para as empresas privadas, por isso gente ele precisa demitir os colegas do IMESF. E ao não conseguir demitir os colegas do IMESF, olhem o que ele está fazendo: empilhando, como falou o Ver. Robaina aqui, trabalhadores em unidades. Quero trazer um exemplo aqui: o Beco do Adelar tem profissionais de saúde, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem, que não têm o que fazer, é uma barbaridade! Não têm o que fazer sabem por quê? Porque eles colocaram tantos colegas para lá, tirando das unidades, tantos estatuários porque daí não puderam demitir IMESF, então, tiraram os colegas estatutários, botaram tudo lá no Calábria, em outros postos, e ficou uma montoeira de profissionais, como já foi bem colocado aqui. Por exemplo, odontólogos, dentistas, que precisam da cadeira odontológica para atender o paciente. Aí tu botas cinco dentistas com duas cadeiras – esse é um dos exemplos. É um horror o que ele está fazendo. E a gente sabe o motivo, que é para ajudar os grandes amigões das empresas privadas em saúde, e isso é um ataque também ao SUS e à população de Porto Alegre, porque a população de Porto Alegre, gente, com essa aplicação do Marchezan, com esse projeto todo que ele acelerou, agora com a eleição inclusive – acelerou! –, com

esse projeto, gente, a população está sendo desassistida. Vejam lá a tenda do Covid lá no PACS. A tenda do Covid, no PACS, tem fechado diariamente por falta de médicos, e quem é que está lá? É uma empresa terceirizada, contratada pelo Marchezan, e que não mantém a tenda de Covid em plena pandemia, não se mantém aberta, fecha quase toda semana. Nós já denunciamos, levamos ao Ministério Público, enfim, a nossa luta vai seguir.
A mensagem que eu quero deixar aqui é que o Simpa será incansável ao lado, ombro a ombro, de cada colega do IMESF. Como foi bem colocado: vocês fizeram concurso público, vocês conquistaram essas vagas e vocês têm experiência no atendimento à população, e a população reconhece esse atendimento. Portanto nós temos que batalhar até o último minuto. Não vamos jogar a toalha e vamos derrotar Marchezan. Os trabalhadores do IMESF não serão demitidos, quem será demitido será o Marchezan com a nossa luta.
Muito obrigado, Luiz Afonso; a todos, vamos seguir firme.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, colega João Ezequiel. O Ver. Reginaldo Pujol acabou de entrar em contato comigo, ele teve uma pequena intercorrência, e ele pede que eu transmita a todos os agradecimentos pelo comparecimento e diga que ele está à disposição para os encaminhamentos que forem tiradas aqui desta reunião. Inclusive pediu que eu transmitisse ao Ver. Aldacir Oliboni o pedido dele para que encaminhe o encerramento da presente audiência pública.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O.k., Luiz Afonso. Eu quero, primeiramente, agradecer a gentileza de vocês terem ficado conosco praticamente 2 horas e 30 minutos, numa audiência pública em que era necessário ouvirmos todas essas intervenções. E, com certeza, isso foi possível porque o Presidente Reginaldo Pujol aceitou esse desafio, não só de promovermos uma audiência pública para ouvir o que de fato está acontecendo, e, com certeza, na próxima semana, implementar algo que é de extrema importância enquanto Legislativo, não só a aprovação do projeto de lei, mas também os encaminhamentos ora aqui elencados por vários vereadores, e que, com certeza, nos ajudarão a amenizar um pouco o sofrimento não só dos trabalhadores, mas também da população. Eu quero agradecer aqui às entidades representativas, ao Júlio; ao Estêvão, que falou pelo Sindicato

dos Enfermeiros; à Ana Paula, ao Gilmar, do Conselho Municipal da Saúde; e a tantos trabalhadores e trabalhadoras, afinal de contas, Dr. Márcio, médico, mas também é importante dar esse testemunho da importância que tem não só o Legislativo, com a possibilidade de abrir as portas para ouvir, e a gente percebeu muito bem aqui o quanto foi dito em relação à Câmara de Vereadores. Tivemos, infelizmente, alguns anos truculentos, a população não conseguiu acessar a Câmara de Vereadores, e um grande número de vereadores estava na base do governo. Infelizmente, esse governo construiu e acabou realizando uma série de maldades que destruíram a carreira do servidor público, mas também destruíram o instituto social, na medida em que não atendeu a demanda da cidade. Se nós percebermos hoje há uma indignação geral e há uma expectativa de mudança, por isso a nossa esperança. Não é por acaso que os trabalhadores da saúde, quando iniciou a pandemia, não tiveram sequer o direito à testagem. Aprovamos o projeto de lei na Câmara de Vereadores, mas, infelizmente, o prefeito vetou; derrubamos o veto, mas o prefeito teve a coragem de entrar na Justiça para não fazer a testagem nos trabalhadores da saúde e nos dos serviços essenciais. Então, nós não estamos lidando com qualquer um, esse homem tem o poder de estar representado pelo capital na nossa cidade. Infelizmente esse capital tenta dar a linha de ação do seu governo, precarizando o serviço essencial. E mais do que isso, olhem o transporte coletivo. Teve coragem de querer transferir R$ 39 milhões sem dizer se a passagem iria baixar ou não. Então, nesse aspecto, realmente, a população, eu creio que dará o resultado, a resposta agora no dia 15.

Mas, assim mesmo, nobre diretor Luiz Afonso, fico muito feliz em ter essa oportunidade de ter viabilizado, através da Câmara, esta audiência pública, e nós encaminharmos, então, como decisão fundamental, nobre deputada Sofia Cavedon, a questão da comissão conjunta para aprovação do projeto de lei nesse meio-tempo entre primeiro turno e segundo turno. Se Deus nos ajudar poderemos decidir no primeiro turno, mas, se isso não for possível, que haja um compromisso dos vereadores da bancada, como também das nobres entidades representativas, que a gente dialogue com quem irá para o segundo turno e fundamentalmente haja o compromisso de, até lá, nós *impeachmarmos* o Marchezan, de que, a prefeita eleita ou o prefeito eleito, diga ao Marchezan que ele não poderá mais fazer nenhuma demissão, porque na Câmara está aprovado um projeto de lei que absorve os

trabalhadores do IMESF, e que, com certeza, o novo governo irá apresentar uma outra modalidade que será discutida com a sociedade, uma empresa pública de direito público ou uma empresa pública de direito privado que dê estabilidade, mas que dê a garantia, principalmente a esses trabalhadores que entraram pela porta da frente e que é mais justo, como nunca, preservar os empregos do Programa Saúde da Família, e mais do que isso, a dignidade do cidadão que procura atendimento médico. Muito obrigado, Luiz Afonso, com muito amor, carinho e gratidão, nós agradecemos essa oportunidade para encaminharmos o desfecho final desse nosso trabalho. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Oliboni. Esses detalhamentos finais serão encaminhados ao Presidente da Câmara no dia de amanhã. Em nome do Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, agradecemos a presença de todos e todas e desejamos um bom final de noite.
Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 21h35min.)